

# 20

**História Oral do Supremo**  
**[1988-2013]**

# Paulo Brossard

Fernando de Castro Fontainha  
Ângela Moreira Domingues da Silva  
Izabel Nuñez  
[orgs.]



20

EDIÇÃO FGV DIREITO RIO

Obra Licenciada em Creative Commons

Atribuição – Uso Não Comercial – Não a Obras Derivadas



Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Fechamento da 1ª edição em novembro de 2017

Este livro consta na Divisão de Depósito Legal da Biblioteca Nacional.

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.*

Coordenação ■ Rodrigo Vianna, Sérgio França e Thaís Mesquita

Projeto gráfico e capa ■ eg.design Evelyn Grumach

Diagramação ■ Agência Tipping, Shirley Dal Ponte e Priscilla Tipping

1ª Revisão ■ Antônio dos Prazeres

2ª Revisão ■ Marcia Glenadel Gnanni

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

História oral do Supremo (1988-2013), v.20: Paulo Brossard / Fernando de Castro Fontainha, Ângela Moreira Domingues da Silva, Izabel Saenger Nuñez (orgs.). - Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2017.

108p.

Em colaboração com a Direito GV e o CPDOC.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-9597-007-6

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal. 2. Brossard, Paulo, 1924-2015 . I. Silva, Ângela Moreira Domingues da. II. Fontainha, Fernando de Castro. III. Nuñez, Izabel Saenger. IV. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. V. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. VI. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas.

CDD – 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à FGV Direito Rio

Praia de Botafogo, 190 | 13º andar

Rio de Janeiro | RJ | Brasil | CEP: 22250-900

55 (21) 3799-5445

[www.fgv.br/direitorio](http://www.fgv.br/direitorio)

# 20

## **História Oral do Supremo** **<1988-2013>**

---

### **Paulo Brossard**

Fernando de Castro Fontainha  
Ângela Moreira Domingues da Silva  
Izabel Saenger Nuñez  
(orgs.)

# Sumário

<b>1</b>	<b>Apresentação</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>Prefácio à entrevista do ministro Paulo Brossard</b>	<b>08</b>
<b>3</b>	<b>Roteiro do ministro Paulo Brossard</b>	<b>16</b>
	Fontes	40
<b>4</b>	<b>Entrevista com o ministro Paulo Brossard</b>	<b>42</b>
	Apresentação e origens familiares; Vinda do pai ao Brasil; Morte do pai; Convite à Alemanha e visita à Casa Augusto de Freitas (Hamburgo) em memória ao pai	43
	Infância; Colégio e posterior reencontro com antigos colegas	46
	Lembranças da Revolução de 1930; Visita de Assis Brasil à residência de seus pais	48
	Ida a Porto Alegre; O pré-universitário jurídico; Inclinação ao Direito; Ingresso na faculdade	50
	Engajamento na campanha de redemocratização (1945); Viagens pela AICADE (Bahia e Buenos Aires); Expansão de suas relações pessoais	52
	Conciliação da política com a advocacia; Faculdade: estrutura do curso, grandes mestres e recordações	55
	Ingresso no Partido Libertador; Sublegenda no MDB; Eleição para a Câmara dos Deputados; Apoio de Érico Veríssimo e Chico Buarque; Necessidade de exercer a advocacia concomitantemente à atividade política	60
	Docência; Início como assistente sem remuneração; Realização de concurso para a cátedra - Direito Constitucional; Convite para lecionar Direito Civil (PUC); Suspensão da atividade do magistério; Recurso - Mandado de segurança para garantia do direito de lecionar - denegado; Nova abertura de concurso em 1986/1987, sem aceite por já estar convidado ao STF	

_____	<b>66</b>
Impeachment; O caso Collor _____	<b>74</b>
Lembranças do tempo de docente; Pretensão de escrever um livro sobre Direito Constitucional; Publicações sobre impeachment nos EUA _____	<b>76</b>
O caso Collor; Argumentos para seu posicionamento; Limites entre Judiciário, Executivo e Legislativo _____	<b>81</b>
Ida a Brasília; Experiências no Senado (1975 - 1982); Exercício do cargo na Consultoria Geral da República (1985 - 1986); Como Paulo Brossard conheceu Sarney; Ida à posse de Sarney na Academia Brasileira de Letras _____	<b>85</b>
Passagem pelo Executivo e Legislativo antes de chegar ao Judiciário; Convite de Sarney para assumir o Supremo Tribunal; Sabatina _____	<b>91</b>
Primeira sessão no STF; Atendimento aos pedidos de preferência; Organização de seu gabinete _____	<b>96</b>
Súmulas vinculantes; Suplência e desvio de poder _____	<b>99</b>
Visão do STF atualmente; José Maria Alkmin _____	<b>101</b>
Mudança de opinião em voto para manter a fidelidade a si mesmo _____	<b>103</b>
<b>5 Equipe do projeto _____</b>	<b>106</b>

# 1

## Apresentação

---

**Joaquim Falcão**, Diretor da FGV Direito Rio

**Oscar Vilhena Vieira**, Diretor da FGV Direito SP

**Celso Castro**, Diretor do FGV/CPDOC

Em 5 de outubro de 1988 foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e foi promulgada a nossa Constituição Federal, vigente até hoje. Chamada por Ulysses Guimarães de “o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social”, a CF/88 é marco inquestionável de uma nova fase da história do Brasil.


Desde então, tem havido uma grande convergência intelectual, um enorme esforço dos acadêmicos brasileiros para compreender o impacto deste documento no Brasil contemporâneo. Várias áreas das ciências humanas, por meio de diversas abordagens, vêm privilegiando estudos em que a nossa Constituição e o Supremo Tribunal Federal encontram centralidade.

Várias são as instituições e atores sociais que, no seu dia a dia, dão vida e existência concreta à nossa Constituição. Neste contexto, surgiu a ideia de contribuir de forma inovadora para este tão profícuo e importante debate: a aplicação do método-fonte-técnica da História Oral do Supremo nesses primeiros vinte e cinco anos de vigência da Constituição.

Seguindo sua tradicional missão institucional de contribuir para o conhecimento e o aprimoramento das instituições democráticas e republicanas do Brasil, a Fundação

Getulio Vargas decidiu mobilizar esforços no sentido da construção de uma inédita base de dados qualitativos sobre o Supremo, composta por entrevistas realizadas com aqueles que compuseram a corte entre 1988 e 2013.

Para tanto, uniram-se as suas duas escolas de Direito, do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a Escola de Ciências Sociais/CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Ambas as escolas de Direito da FGV, mesmo com apenas pouco mais de dez anos de atividade, já se firmaram no ensino jurídico nacional como instituições propulsoras de um pensamento arrojado, inovador, multidisciplinar, e conectado com os desafios da atualidade. E um olhar sobre o Brasil. Já o CPDOC traz quase quarenta anos de *expertise* em pesquisas em História Oral, uma vez que atua nesta frente de trabalho desde 1975.

Este volume, assim, é parte integrante do projeto “História Oral do Supremo”, uma contribuição da FGV para a história contemporânea do Brasil. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará a narrativa do ministro Paulo Brossard sobre sua própria trajetória, marcada notadamente pela atividade de magistrado na nossa mais alta corte. Boa leitura! 



# 2

## **Prefácio à entrevista do ministro Paulo Brossard**

---

**Nelson Jobim**

**Fernando Fontainha**

Esta pesquisa pretende trazer às comemorações dos 25 anos da Constituição Federal um novo discurso científico sobre a Suprema Corte brasileira: sua história oral. Numa empreitada da FGV Direito Rio, em conjunto com a Direito GV e o CPDOC, pretende-se reconstruir e reinterpretar a história recente do STF a partir de entrevistas com os magistrados que compuseram nestes últimos 25 anos, com recurso ao método-fonte-técnica da História Oral. A perspectiva dos atores que compuseram a corte e a maneira como eles reinterpretem fatos à luz de experiências vividas permitirão a construção de uma narrativa sobre os aspectos sociais e políticos da história recente do Supremo. Contando-nos a história da sua relação com a instituição, nos contarão a história da instituição.

Sete etapas foram previstas para a realização da pesquisa: (1) um breve programa de capacitação metodológica a ser ministrado pelos pesquisadores aos assistentes de pesquisa e bolsistas de iniciação científica, (2) a coleta de dados sobre o STF no período em questão, (3) a coleta de dados específica sobre cada um dos ministros a serem entrevistados, (4) a consolidação dos dados coletados e a elaboração dos roteiros de entrevista, (5) a realização das entrevistas com os ministros, (6) o tratamento e a análise dos dados coletados, e, finalmente, (7) a elaboração dos produtos finais da pesquisa, entre os quais se destaca a presente entrevista com o ministro Paulo Brossard.

O que efetivamente esta pesquisa visa produzir é uma *história oral temática*, no seu sentido mais amplo. O que se pretende é a construção de uma *biografia institucional* do STF com o marco temporal da vigência da Constituição Federal de 1988, sendo certo que esta se consubstancia numa espécie de *biografia coletiva* daqueles que o integram e o integraram nesse período. O interesse é estabelecer conexões entre a *trajetória* dos seus ministros e ex-ministros – e não sua biografia ou sua história de vida – e a corte. Note-se a existência de uma dupla perspectiva: individual e institucional. Num

primeiro momento, deve-se investigar como foram construídas trajetórias profissionais que permitiram o ingresso dos nossos colaboradores no STF. Em seguida, é preciso constatar como a experiência de ser um ministro daquela corte vai complementar suas trajetórias, marcar suas vidas.

Tornar-se parte e habitar uma instituição implica um processo longo, complexo e reflexivo. Do ponto de vista estritamente formal, podemos extrair um critério básico que distingue *insiders* e *outsiders* do STF, e que foi crucial para o recorte da população de entrevistados: existe um procedimento objetivo e racional de escolha, investidura e exercício das funções de ministro. No entanto, este critério não nos leva mais longe. É necessário ver para além dos requisitos e procedimentos legais de admissão, bem como além dos misteres funcionais dos ministros do Supremo. Cada um dos colaboradores entrevistados traz na sua trajetória um acúmulo de *capital social* (jurídico, político, econômico...) que sustentou seu ato de candidatura e permitiu seu ingresso efetivo na corte, bem como autorizou ou limitou seu *repertório de ação* enquanto ministro da corte.

Um dos problemas de pesquisa enfrentados foi: como se relacionam a trajetória profissional e as interações e negociações que precedem a nomeação? Em outras palavras: como ocorre fina e efetivamente este processo de circulação simbólica do capital social acumulado previamente no momento de uma disputa pela nomeação? A pesquisa não supôs que seria descoberta uma “trajetória modelo” e igualmente processos de nomeação similares. Trabalhamos com a hipótese de que existem múltiplas maneiras de acumular capital social o mais variado a ponto de alçar alguém à posição de “supremável”. Portanto, além de mapear estas trajetórias, tentando até traçar conexões e convergências entre elas, a pesquisa terá a ambição de determinar como ocorre a determinação do *turning point* entre construir num longo prazo uma trajetória elitária (no

Direito, na política...) e construir deliberadamente um ato de candidatura ao STF.

Assim, pretende-se estabelecer, num segundo momento, como a trajetória profissional, seguida pelo plano deliberado de candidatura, vai determinar o enquadramento institucional do processo formal de negociação, indicação, sabatina e nomeação de um ministro do Supremo. O longo processo de ingresso na corte, compreendendo estas três etapas – acúmulo de capital social ao longo de uma trajetória, planejamento estratégico de um ato de candidatura e procedimento formal de investidura no cargo – pode nos fornecer chaves imprescindíveis para determinar o quadro interacional e institucional dentro do qual cada ministro se encontrava ao ingressar na corte e qual sua força compromissória na continuidade da sua atuação.

A alçada ao estatuto de ministro do Supremo é fato que inaugura novo capítulo na trajetória de qualquer jurista. Assim, viver experiências semelhantes produz trajetórias semelhantes e discursos sincrônicos: uma memória coletiva da instituição. No entanto, não podemos esperar que assim ocorra, não apenas porque as experiências vividas por cada indivíduo podem conter particularidades: a maneira como eles vivem e relatam essas experiências – ainda que as vivenciem – pode ser diferente.

É neste ponto que se reafirma a necessidade de construir determinantes estáveis a partir de todo o processo que culminou com o efetivo ingresso na instituição. Ainda que não se consiga precisar como atua um ministro do STF, teremos parâmetros minimamente objetivos para mapear algumas continuidades acerca de repertórios de ação de um ministro do STF. No lugar dos conceitos de *status* e função, devemos considerar o *papel* que cada um deles ocupa e desempenha no seio e diante da dinâmica da instituição, e como esta objetiva suas expectativas na forma de restrições – internas ou externas – ao possível alargamento do repertório de ação individual.

Desta forma, foram escolhidos dois enfoques principais

para a construção desta demonstração. Primeiramente, é necessário saber como – e se – o cotidiano do STF contribui para a internalização de práticas institucionais relativamente uniformizadoras, que se perpetuam através das gerações de ministros pela rotinização (e não *inculcação*). Em outras palavras: como se resolve a dicotomia entre a determinação individual autônoma de um repertório de ação e a contextualização institucional de um quadro fixo de condutas pertinentes. Em segundo lugar, numa abordagem oposta, deve ser desbastada a ampla rede de interações que acaba por construir o sentido do “extraordinário” no seio da instituição. A maneira como cada membro distingue o trabalho rotineiro do trabalho relevante e reconhece determinada tarefa como crucial, decisiva ou hierarquicamente mais importante nos fornecerá pistas para determinar como um determinado caso se transforma efetivamente num *hard case*, ou *leading case*, o que pode ser academicamente aproveitado na forma de um *caso gerador*, conforme proposição de Paulo Freyre.

Feito isso, a pesquisa terá condições de investigar mais detidamente como se formam os consensos, as coalizões e as disputas em torno destes casos, diante da necessidade prática de se julgar em colegiado, tendo em vista ainda a eventual permissividade institucional do julgamento monocrático.

Assim, serão quatro os momentos privilegiados na trajetória de nossos entrevistados a serem explorados na composição de uma história oral do STF: sua trajetória prévia, o ingresso, o cotidiano e o *hard case*.

Não podemos tratar da pertença ao STF sem o uso da noção de *elite*. Por força de seu contexto institucional, o Supremo é muito mais do que o lugar onde se reúne a elite judiciária brasileira. Muito embora ele seja a Corte de maior hierarquia do sistema judicial, não é – necessariamente – uma trajetória de carreira exemplar no seio do Poder Judiciário que garante o ingresso de um novo membro. A ruptura com a tradicional subida

de hierarquia burocrática da Justiça produz uma multiplicidade de possibilidades no que tange à reconversão dos mais variados tipos de capital social, notadamente o político e o jurídico. De igual sorte, o regime formal de administração do trabalho cotidiano afasta bastante a rotina de um magistrado de primeiro ou segundo grau da de um ministro do STF. Os primeiros se aproximam de burocratas tradicionais – funcionários públicos – enquanto no Supremo os membros se organizam de forma semelhante aos agentes políticos parlamentares. Finalmente, a brusca diferença de impacto entre as decisões proferidas pelo Supremo e as dos demais tribunais da República, *per se*, põe esta corte na posição de produtora dos critérios distintivos e do conteúdo do “marcante” e do “relevante” no mundo da Justiça e do Direito.

Portanto, seguem algumas questões de pesquisa que compuseram nosso esforço de coleta de dados por entrevista:

- Quais são as trajetórias que tornam alguém “supremável”?
- Quando se começa a trabalhar objetivamente para ser do STF?
- Como se passa o processo de escolha e indicação pelo presidente?
- Como se passa a sabatina no Senado? Ela é mesmo *pro forma*?
- Como um ministro “novato” é recebido no Supremo?
- Como é a rotina de trabalho de um ministro do STF?
- Como interagem e/ou competem os ministros entre si?
- Como é o convívio com demais atores internos (assessores, funcionários...)?
- Como é o convívio com demais atores externos (advogados, políticos, imprensa...)?
- Qual foi o impacto da instituição da transmissão televisiva das sessões?
- Como um determinado caso se torna um *hard case*?

- Como surgem consensos na separação do trabalho “ordinário” do “relevante”?
- Quais atores externos influem na construção de um *hard case* (imprensa, políticos...)?
- Como se compõem coalizões e se resolvem divergências no julgamento dos *hard cases*?

O caráter profano do Direito enquanto pretensa área do conhecimento ou ramo da ciência vem sobretudo da sua proximidade com o exercício do poder político. A história do Direito, das profissões e das instituições jurídicas se confunde com o desenvolvimento de uma atividade que jamais conseguiu reivindicar e efetivar plenamente sua autonomia em relação à política e à razão de Estado. Não se sabe até hoje se existe para regulá-la ou é por ela regulado.

Entretanto, no lugar de alimentar mais uma discussão normativa e conceitual sobre a relação entre Direito e política, a reconversão do capital manejado no campo jurídico e no campo político por atores concretos pôde, enfim, ser objeto de mais uma pesquisa empírica. A partir da construção das trajetórias individuais dos ministros, da memória coletiva e da história oral do Supremo, esta pesquisa pretende contribuir profundamente para o conhecimento que possuímos acerca de nossa recente história republicana.

História esta que, contada através da narrativa do ministro Paulo Brossard, nos guia primeiramente por sua infância em Bagé, na fronteira com o Uruguai, suas origens familiares, sua formação escolar. Perpassa por eventos que marcaram sua infância, como a Revolução de 1930 e uma visita de Assis Brasil à residência de seus pais. A condução segue pela formação em Direito na UFRGS, a advocacia, a militância política, a atuação no Legislativo e no Executivo até chegar ao STF, não sem antes abordar as experiências docentes e suas

ideias sobre o impeachment e o caso Collor. Por fim, ainda é tecida uma ponderação sobre o STF atualmente. A história do ministro foi por ele mesmo contada no dia 14 de junho de 2013 e chega a publicação após rigoroso tratamento conforme os métodos da História Oral, além da revisão cuidadosa por suas filhas Magda e Rita.

Neste volume, apresentamos a entrevista com o ministro Paulo Brossard, com o objetivo de divulgação de importante fonte sobre a história recente do Supremo. Esperamos que esta postura metodológica cumpra dois objetivos muito caros para a área de Direito. Em primeiro lugar, ela colabora na valorização dos dados brutos coletados por pesquisadores como verdadeiros produtos científicos. Em segundo lugar, pretende alçar o aspecto metodológico ao coração da produção acadêmica, seja pela disponibilização pública de uma fonte, seja pela explicitação dos meios empregados para produzi-la. Por essas razões, neste volume, o leitor encontrará o roteiro utilizado – com suas respectivas fontes – antecedendo a transcrição da entrevista.



# 3

## **Roteiro do ministro Paulo Brossard**

---

**Izabel Saenger Nuñez  
Thiago Filippo Silva Jorge**

- **1924** Nasce Paulo Brossard, em 23 de outubro, na cidade de Bagé/RS. Filho de Francisco de Souza Pinto e D. Alila Brossard de Souza Pinto, fazendeiros.
- 1932** Em Bagé, cursou os estudos primários, no Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas.
- 1933** FEVEREIRO: Sua mãe falece aos 34 anos. Em Bagé, cursava os estudos primários, no Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas.
- 1934** Em Bagé, cursou os estudos primários, no Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas.
- 1935** Em Bagé, cursou os estudos primários, no Colégio Espírito Santo, das Irmãs Franciscanas.
- 1936** Em Bagé, cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos de Dom Bosco.
- 1937** Em Bagé, cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos de Dom Bosco. Sobre a data do golpe do Estado Novo, em entrevista para a TV Justiça, assim falou sobre a postura de Raul Pilla: “Professor da faculdade de Medicina, e que tinha exercido uma figura importante, realmente importante, já até antes de 1930, foi um personagem de relevo na revolução de 1930 e depois, quando chegou o 1937 com o golpe de Estado, ele que era, naquele momento, deputado estadual e até no dia era o presidente da Assembleia legislativa em virtude da renúncia, isso são fatos (...) e embora tivesse sido convidado a compor a nova situação, ele se recusou terminantemente. E fez previsões sombrias e infelizmente corretas e certas sobre o que estava por vir. E passou todo o período do Estado Novo praticamente um ausente dentro da sua terra, dentro da sua cidade. Esta foi uma influência marcante”.
- 1938** Em Bagé, cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos de Dom Bosco.

*Fernando Collor saiu de Brasília e estabeleceu-se em Maceió, onde assumiu a direção da Gazeta Alagoas, jornal de propriedade de seu pai.*

- 1939** Em Bagé, cursou o Ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos de Dom Bosco.
- 1940** Ainda em Bagé, cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dos Padres Salesianos de Dom Bosco. Finaliza o ginásio e vai para Porto Alegre cursar o pré-jurídico.
- 1941** Cursou o pré-jurídico em Porto Alegre - Colégio Júlio de Castilhos. Segundo entrevista que deu à TV Justiça, o pré-jurídico era um intervalo que existia entre o ginásio e o curso superior. O pré surgiu com a reforma “Capanema” e havia três tipos de “prés” já numa preparação entre os cursos em que a pessoa pretendia tirar. De acordo com o Ministro, havia o pré-jurídico, o pré-médico e o pré-técnico.
- 1942** Cursou o pré-jurídico em Porto Alegre - Colégio Júlio de Castilhos.
- 1945** Filiou-se, no final do ano, ao Partido Libertador em Porto Alegre, ficou até a extinção do Partido Libertador, quando entrou no MDB, numa sublegenda (Com a Palavra, 2007). AGOSTO: Participou da convenção que fundou o Partido Libertador em Bagé. Restabelecia-se a atividade política no Brasil. “Eu já exercia a atividade partidária antes de entrar na Assembleia” (Memória do Parlamento, 2007).
- 1946** Foi solicitador.
- 1947** Foi solicitador. Colou grau na Faculdade de Direito de Porto Alegre, hoje da UFRGS. Candidatou-se a deputado estadual no Rio Grande do Sul, mas não foi eleito. Iniciou a advocacia em Porto Alegre. Disse, em programa da TV Justiça que, quando chegou a Porto Alegre, pretendia estudar e retornar à sua cidade natal mas “na verdade quando chegou a hora da escolha eu já tinha escolhido sem

saber, a escolha já estava feita”. Explica que foram 7 anos de vida em Porto Alegre onde já estava “enraizado”. Diz que esses anos em Porto Alegre foram anos de “dedicação à vida acadêmica” e na “vida pública a partir de 1945”, segundo ele, tinha poucos conhecimentos com a sociedade porto-alegrense porque sua vida era restrita e circunscrita aos conhecidos. Disse ainda, na mesma entrevista, que começou a vida profissional como advogado, porque nunca “pensou em ser juiz”. Comenta um “causo” sobre um professor, chamado Bonumá, que disse “O Brossard deve ser juiz, mas é político”.

- 1948** Iniciou a carreira de advogado, cumulativamente com as atividades político-partidárias e o magistério superior.
- 1949** Publicou o trabalho jurídico “Em tomo da Emenda Parlamentarista” (1949), Rev. For., v. 128. E “Presidencialismo e Parlamentarismo na Ideologia de Ruy Barbosa” (1949) Rev. Fac. Dir. de Porto Alegre, v. I.
- 1950** AGOSTO: Casou com a Dra. Lúcia Alves Brossard de Souza Pinto e em outubro de 1950 sofreu nova derrota na eleição para a Assembleia Legislativa gaúcha.
- 1952** Tornou-se Professor de Direito Civil (1952) na Faculdade de Direito da PUCRS.
- 1953** Sobre Getúlio Vargas, em entrevista à ALERGS (Prog. Com a Palavra, 2007), ao ser indagado sobre os problemas que teria com ele, disse: “nunca foi da minha igreja, e, aliás, desde 30 que o partido Libertador sempre foi distante do Getúlio, e depois do Estado Novo com sobradas razões, porque foi a negação literal de todo o compromisso da Aliança Liberal, de toda revolução de 30 e 32 e aprofundou as diferenças, de modo que eu nunca tive desentendimento frontal com Getúlio, mas sempre pertenci à corrente que não aceitava a orientação de Vargas”.
- 1954** Eleito Deputado à ALERGS, pelo Partido Libertador

em 3/10. Fez sua campanha ao lado de Ildo Meneghetti, candidato a governador da Frente Democrática, constituída pelo Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o próprio PL, em oposição ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na ocasião, foi um dos mais ferrenhos adversários de Leonel Brizola e João Goulart, os principais defensores do trabalhismo no RS. Sobre sua relação com Brizola, disse que foram colegas de geração, nunca foram colegas na ALERGS, porque entrou quando Brizola foi eleito deputado federal, e depois quando voltou do exílio tiveram várias conversas, por iniciativa dele, mas sempre mais teóricas, nunca houve adiantamento daquilo (Com a Palavra, ALERGS, 2007). Sobre seus discursos políticos, disse que nunca os lia, somente quando foi o centenário de Assis Brasil, pois eram sempre de improviso. (Com a Palavra, ALERGS, 2007). “Entre na assembleia chegando aos 30 [anos], encontrei algumas pessoas de mais idade, por exemplo, o Aramy Silva, da minha legislatura, Joaquim de Deus, acho que era o mais velho, mas eu era realmente dos mais moços, já na legislatura seguinte o mais moço era o Paulo Mencaroni, era um guri quase.” (Memória do Parlamento, 2007).

**1955** FEVEREIRO: Designado membro da Comissão de Constituição e Justiça. AGOSTO: Designado membro da CPI para apurar irregularidades no comércio de arroz. SETEMBRO: Designado membro da CPI sobre a compra de arame pela Campal S/A. DEZEMBRO: Designado membro da CPI para apurar o contrabando de lã e capões.

**1956** ABRIL: Designado membro da Comissão de Constituição e Justiça. MAIO: Substituiu o deputado Manoel Braga Gastal na CPI sobre Jogos de Azar em Torres. AGOSTO: Relator da Comissão Especial de Emenda Constitucional

n. 8.

- 1957** ABRIL: Designado membro da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações.
- 1958** MAIO: Membro da Comissão de Educação e Saúde Pública. Reelegeu-se deputado estadual na legenda do PL, num pleito em que o candidato a governador lançado pelo PTB, Leonel Brizola, foi o grande vitorioso.
- 1959** Votou favoravelmente à encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da American and Foreign Power (Amforp), proposta que foi encaminhada à Assembleia Legislativa por Brizola e que teria grande repercussão no cenário político do país nos anos subsequentes.
- 1960** Apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, lançada por uma coligação de partidos liderada pela UDN que incluía também o PL. MAIO: Designado para a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento. Foi ativo na questão da instalação de uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Sul.
- 1961** ABRIL: Foi designado membro da Comissão de Finanças e Orçamento. Participou da CPI sobre irregularidades no DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Tornou-se regente substituto da cadeira de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da PUCRS. Apoiou a derrubada do João Goulart. Foi contra o movimento da legalidade, organizado por Brizola.
- 1962** Em outubro, reelegeu-se deputado estadual pela terceira vez consecutiva. Naquele mesmo ano, Meneghetti foi eleito pela segunda vez governador do estado, de novo com o apoio do PL, que, no entanto, não participou de seu governo.
- 1963** Em janeiro, recusou-se a votar no plebiscito que decidiu pelo retorno ao presidencialismo, justificando

sua atitude com o argumento de que o plebiscito seria ilegal porque tentava revogar emenda já incorporada à Constituição. ABRIL: Eleito vice-presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária.

**1964** No dia do golpe, Brossard, que participara ativamente dos preparativos do movimento de deposição de Goulart no estado, foi um dos que permaneceram no palácio à espera de reforço militar, para o caso de haver resistência das forças fiéis ao presidente. Também nesse ano, elaborou e publicou estudo sobre impeachment. Sobre o estudo, em entrevista à TV Justiça, disse: “eu poderia dizer que foi uma antevisão [sobre ter escrito a obra e depois ter participado do julgamento do impeachment no STF], mas não foi, não. Eu estava estudando e me chamou a atenção uma coisa: é que autores da maior respeitabilidade, autoridade, uns diziam que era um processo criminal e outros diziam que era um processo político e outros ainda diziam que era um processo misto e tal, que é uma forma de fugir das dificuldades. E depois eu vi que autores, especialmente autores de língua inglesa, ingleses e americanos. Enquanto o inglês dizia que era criminal, o americano dizia que era político, qual dos dois tinha razão? Até que depois, estudando, eu verifiquei que a palavra usada era a mesma, mas o instituto não era. Então aí o acompanhamento histórico dos dois institutos deixava isso cabalmente demonstrado. Então eu comecei a aprofundar esse estudo. (...) Não foi na previsão de que viesse a ser aplicado no Brasil. E vou lhe dizer mais, que, se não fosse a televisão, ele teria morrido como todas as outras tentativas morreram logo no início, no nascedouro. Agora, com o poder da televisão, com o poder de invasão na privacidade de qualquer pessoa, mudou um pouco e depois, vamos convir, que a televisão foi decisiva na

formação de uma opinião. Se toda aquela publicidade tivesse sido feita num sentido contrário...”. JUNHO - Afasta-se do mandato porque foi designado para o cargo de Secretário da Secretaria do Interior e Justiça, no Governo Ildo Meneghetti. DEZEMBRO - Volta ao mandato, afasta-se da Secretaria Estadual.

- 1965** Começou a lecionar na Faculdade de Direito da UFRGS. Com a extinção dos partidos políticos, não se filiou nem à Arena, nem ao MDB, permanecendo sem partido.
- 1966** ABRIL: Integrou a comissão de Educação e Saúde da ALERGS. Foi professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da PUCRS. JULHO: Publicou nota sobre a extinção dos partidos e o que chamou de excomunhão da vida política, por não se filiar a nenhuma das duas legendas, usou argumentos relacionados com a ilegalidade da extinção dos partidos.
- 1967** JANEIRO: Encerra o mandato como Deputado Estadual e assume como Deputado Federal. Sobre essa campanha, definiu como “lutuosa, foi uma coisa horrível, logo depois do AI-5, com muitas cassações, foi triste, um recorde de voto em branco” (Com a Palavra, ALERGS, 2007). Como Deputado Federal pelo MDB - Brossard foi um dos autores do projeto apresentado pelo MDB que pretendia, entre outras medidas, restaurar as eleições diretas em todos os níveis. Esse projeto não foi aprovado pelo Congresso, onde a Arena era majoritária. Em setembro do mesmo ano, Brossard fez um discurso na Câmara acusando os militares de responsabilidade pela morte do sargento Manuel Raimundo Soares, cujo corpo fora encontrado em Porto Alegre com marcas de tortura (STF, 1996).



- 1968** Deputado Federal. Retirou-se do MDB e terminou o seu mandato sem nenhum partido. No fim de 1968, denunciou como ilegal o pedido de licença encaminhado pelo Executivo para processar o deputado Márcio Moreira Alves (MDB) e teve seu discurso censurado (STF, 1996).
- 1969** Deputado Federal - Com a abertura do Legislativo, Brossard foi o único deputado a se pronunciar contra a eleição indireta pelo Congresso, no fim de outubro.
- 1970** Deputado Federal - No pleito de 1970, já de volta ao MDB, Brossard candidatou-se ao Senado, perdendo para Daniel Krieger e Tarso Dutra, ambos eleitos senadores na legenda da Arena. Foi candidato pelo MDB, nesse ano. Tivemos acesso a uma compilação de reportagens de jornal veiculadas durante a sua campanha. Em outubro, por exemplo, texto na *Folha da Tarde* dá conta do poder de oratória de Brossard e da forma como ele conseguia usar a televisão para chamar a atenção para sua candidatura. Outras matérias elogiam sua inteligência. Orlando Carlos na *Folha da Tarde* o define como uma das mais altas inteligências do Estado. (Notícias compiladas)
- 1971** Deputado Federal - Brossard deixou a Câmara dos Deputados ao concluir seu mandato, em janeiro.
- 1972** O reitor da UFRGS, Eduardo Faraco, retirou-lhe o cargo de professor da universidade, que exercera sem remuneração durante sete anos.
- 1974** MAIO: estimulado por Pedro Simon, presidente do MDB gaúcho e seu ex-aluno, Brossard iniciou nova campanha para o Senado, tendo como adversário o arenista Nestor Jost, ex-presidente do Banco do Brasil. Sua candidatura foi apoiada tanto por intelectuais e artistas, como Érico Veríssimo e Chico Buarque, quanto por setores oriundos do trabalhismo, incluindo

Nei Brito, que concorreu como seu suplente. Em novembro, Brossard derrotou Jost por 458.458 votos, superando-o não apenas nos centros urbanos, mas também nas zonas rurais. Sua campanha teve como eixo o combate ao modelo econômico brasileiro, à censura e ao AI-5, pregando o retorno ao Estado de direito e eleições diretas para a presidência da República. Ao final da campanha, com sua eleição, “o salão nobre da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul era toda uma festa. Superlotado, gente pelos cantos sentada no chão, corredores apinhados e a maioria lá fora, ouvindo pelos alto-falantes da praça...”. Ao final de seu discurso, Brossard recebe de um jovem apressado um envelope. Abre e lê: “Paulo Brossard, estou contigo. Parabéns pela tua campanha. Parabéns ao povo do Rio Grande do Sul, Chico Buarque”. A massa explodiu e cantou: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia” (STF, 1996). Sobre a campanha, em entrevista disse: “Nascimento Britto, quando estive no RS, perguntou se eu ia ganhar ou perder e vamos convir que estamos no meio da campanha e meu adversário tem uma vida pública de muita elevação e relevância, é um candidato respeitável e ele disse tenho ouvido referências, umas elogiosas e outras nem tanto, eu disse, acho que os dois têm razão”. (Com a Palavra, 2007). “No debate, meu adversário deu uma entrevista no correio, no dia, e no debate levei o código penal debaixo do chapéu e o senhor disse tal e tal e então perguntei se confirmava, confirmou, e eu abri o CPP e não encontrei o artigo a que ele se referia. Foi uma campanha muito bonita, muito alta”. (Com a Palavra, 2007).

**1975** Empossado Senador pelo MDB em 19 de fevereiro, desenvolveu intensa atuação no Senado, lançando-se na luta pela reforma constitucional, a abolição do AI-5

e a redemocratização do país, temas institucionais que se harmonizavam com suas preocupações jurídicas e sua formação política dos tempos de PL. Em setembro do mesmo ano, foi eleito primeiro vice-presidente do MDB. Publicou a obra *Oposição*.

**1976** Senador pelo MDB – Publicou a obra *O Senado e as leis inconstitucionais*.

**1977** Senador pelo MDB – Em abril, Brossard foi um dos mais sérios adversários das reformas políticas do governo no Senado, tendo pronunciado uma série de discursos sobre a situação institucional e criticado diretamente o presidente Geisel. O tom incisivo de seus discursos quase levou – segundo a imprensa – à cassação de seu mandato em maio de 1977. Publicou *O balé proibido e É hora de mudar*.

**1978** Senador pelo MDB – MARÇO: Ao assumir a liderança do MDB no Senado, pronunciou um discurso reivindicando o fim do regime de arbítrio e o retorno ao Estado de direito. Em abril de 1978, defendeu a exclusão dos envolvidos em atos que classificou de “terroristas” do rol dos beneficiados pela proposta de anistia, que estava em discussão. Sua posição era minoritária no MDB, que reivindicava uma anistia ampla e irrestrita. Ainda no mesmo mês, Brossard condenou o processo de escolha dos governadores, no qual os legislativos estaduais tinham apenas o papel de aprovar indicações já feitas pelo Palácio do Planalto. Em maio de 1978, conquistou o apoio da direção regional do MDB gaúcho para iniciar contatos, inclusive com militares, visando à formação de uma frente única pela redemocratização e à articulação, pela oposição, de uma candidatura militar à presidência da República. Acabou sendo lançado por essa frente como candidato a vice na chapa encabeçada pelo general Euler Bentes

Monteiro, que iria concorrer no Colégio Eleitoral. Mas em outubro, o candidato oficial, general João Batista Figueiredo, tendo como candidato a vice Aureliano Chaves, governador de Minas Gerais, derrotou por ampla margem as candidaturas alternativas lançadas pelo MDB.

**1979** Senador pelo MDB - FEVEREIRO: Brossard foi reeleito líder do MDB no Senado, obtendo 22 dos 35 votos da bancada do partido. NOVEMBRO: O Congresso aprovou a Lei de Reformulação Partidária proposta pelo presidente Figueiredo, o que levou à extinção da Arena e do MDB. Contrário à medida, Brossard afirmou na ocasião que ela só traria prejuízos à nação e que o verdadeiro objetivo da criação de novos partidos era enfraquecer a oposição. Denunciou também que a reforma partidária teria sido inspirada por forças nacionais e internacionais, incluindo-se entre estas últimas elementos ligados ao empresário norte-americano Daniel Ludwig, dono do projeto Jari, na Amazônia.

**1980** Senador pelo MDB, enquanto a maioria dos arenistas agrupou-se no PDS, a maior parte da oposição, liderada entre outros por Brossard, fundou o PMDB. MAIO: Brossard declarou-se contrário à ameaça de intervenção federal nos municípios e à proposta - que seria aprovada pelo Congresso em setembro seguinte - de prorrogação dos mandatos de vereadores e prefeitos.

**1981** Senador pelo MDB - MARÇO: deixou a liderança do PMDB no Senado, sendo substituído pelo pernambucano Marcos Freire. Em outro discurso histórico na tribuna do Senado, também defendeu a investigação sobre uma casa em Petrópolis (RJ), na qual opositores do regime militar teriam sido submetidos a sessões de tortura e assassinados. Seu

pronunciamento ganhou relevância por ter sido feito em oposição à tese, sustentada pelos militares, de que a anistia de 1979 revogara todas as acusações ou processos por crimes de natureza política. Baseando-se na doutrina do jurista pernambucano Aníbal Bruno, que fundamentara a Lei da Anistia, Brossard advogou a apuração das denúncias argumentando que, embora a lei não permitisse a punição dos torturadores e assassinos de presos políticos, ela previa a possibilidade de reparação civil das vítimas pela União. Sobre esse episódio, disse a respeito da tortura: Sobre a tortura: “às vezes o representante do Senado sabia de algumas coisas, como a tortura, que depois a gente ficou sabendo que era verdade, às vezes dependendo da qualidade do informante e tal, mas como é que eu poderia provar quando a censura era absoluta? De modo que foi um período muito difícil, me recordo, por exemplo, uma vez que foi noticiado (já tinha saído a Lei da Anistia) e foi divulgada a existência da casa de Petrópolis, e havia o nome dos médicos etc., e não houve negativa daquilo, houve explicação, quando eu era senador, o que foi dito em defesa daquilo era dizendo que a anistia era recíproca e de lado a lado, mas eu disse que a história não estava bem contada e esse discurso eu preparei escrito, era estritamente jurídico, e o líder do Governo era o Nilo Coelho, de Pernambuco, e ele me olhava e eu olhava para o outro lado até que ele veio por trás e ele disse, “você não vai falar sobre isso, não faça isso, não se meta em ninho de marimbondo e eu disse, vou falar, me meto. De modo que quando me foi dada a palavra, peguei uma cópia do discurso e entreguei pra ele, depois que eu falei, ele disse que daria a resposta oportunamente. Nunca deu. Esses dias achei um telegrama do Ulisses dizendo que tinha sido bem-feito, com teses jurídicas, disse

dos deveres da guerra e como o preso deve ser tratado, tratamento humano, peguei em tratados e tal”. (Com a Palavra, ALERGS, 2007).

- 1982** Senador pelo MDB - NOVEMBRO: Nas eleições quando os governadores de estado voltaram a ser eleitos pelo voto direto - Brossard candidatou-se à reeleição no Senado pelo PMDB e foi derrotado.
- 1983** JANEIRO: Deixou a cadeira de senador ao fim do seu mandato. Voltou a Porto Alegre, para exercer a advocacia.
- 1984** Exerceu a advocacia em Porto Alegre.
- 1985** AGOSTO: Foi nomeado por Sarney consultor-geral da República, em substituição a Darci Bessone, indicado por Tancredo Neves. Integrou a comissão Afonso Arinos (Dec. 91.450/1985) e ficou na subcomissão do Poder Executivo e do Poder Legislativo. “Na Comissão, atuei um pouco, eu achava que devíamos retornar à Constituição de 1946. (...) Participei até ser nomeado Ministro da Justiça” (Valls, 2004, p. 423).
- 1986** FEVEREIRO: Foi para o Ministério da Justiça no lugar de Fernando Lira, em razão de uma reforma ministerial promovida por Sarney. Foi substituído na Consultoria Geral da República por Saulo Ramos. AGOSTO: Apoiou o pedido do procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, para a reabertura do inquérito sobre o desaparecimento do ex-deputado federal do PTB Rubens Paiva, cassado em 1964 e preso em janeiro de 1971. A reabertura do caso foi motivada por uma entrevista do ex-tenente-médico do Exército, Amílcar Lobo, à revista Veja. SETEMBRO: Brossard participou do programa Roda Viva. Alguns pontos interessantes: 1) posicionamento sobre o direito de greve, colocando-se contrário ao exercício do direito

de greve no serviço público e também à coação de não grevistas pelos grevistas. Utilização do argumento de que a lei de greve, embora aprovada na ditadura, foi elaborada antes do período e por uma comissão de “notáveis” juristas, por ele citados; 2) a favor da censura de cenas de violência em programas de TV – citou o caso do filme *Cobra*, que pediu à censura que revisse em razão das cenas de violência; 3) muda de assunto quando perguntado sobre a intervenção do Estado na vida privada, assim como ao falar da sociedade policial, passa a falar de juristas e políticos para não tratar do tema perguntado. 4) diz que pensou em ser presidente, mas que não espera por isso. Disse também que é a favor do parlamentarismo e que procura falar do tema sempre que pode (Roda Viva, 1986).

**1987** Questionado sobre seu papel na redemocratização, disse que houve debates interessantes com Petrônio Portela “porque era um prazer a discussão” e foram momentos muito bons, uma época muito difícil mas muito proveitosos”. A censura é uma desgraça porque se ouve muita coisa mas não se pode repetir, não se tem certeza da veracidade do que se disse” (Com a Palavra, ALERGS, 2007).

**1989** JANEIRO: Sai do Ministério da Justiça, transmite o cargo para Oscar Corrêa. Em entrevista à TJ Justiça, declarou: “Quem me disse, não que eu seria indicado, mas que desejava que eu viesse para o Supremo foi o presidente da República. Me disse que depois que eu fui ministro da Justiça, que ele desejava que eu viesse a ser Ministro do Supremo Tribunal”. Na mesma entrevista, disse que foi o primeiro a ser sabatinado pela CCJ. Disse que antes da CF/88 não havia sabatina, somente os membros da diplomacia que eram sabatinados pela comissão de assuntos exteriores. Disse, na mesma

entrevista, que foi o primeiro a inaugurar essa praxe, do entendimento da CCJ do Senado de que a aprovação do indicado deveria passar pela sabatina. Indicação para o STF em 3/2; nomeação em 13/3 e posse em 5/4, sob a presidência de Néri da Silveira, que foi seu professor. Passa a atuar na 2ª turma, com Aldir Passarinho, Carlos Madeira, Célio Borja e Francisco Rezek (VALLS, 2004). Em entrevista à TV Justiça, disse que fez uma reunião comemorativa em Porto Alegre e que “mal sabia o meu professor que eu que tinha sido político até então e com intensidade bastante digna de nota, terminava juiz tendo sido político até o fim da vida”. Disse que “ser juiz do mais alto tribunal da nação é a maior honra que um cidadão pode ter”. Em entrevista à TJ Justiça, disse que a mudança quando se tornou ministro do STF foi enorme. “Ao contrário da vida pública, a vida de juiz é reclusa e além de tudo, em razão da demanda do tribunal, de escravo mesmo”. Disse que se trabalha todo o dia, quando não está trabalhando no tribunal está trabalhando em casa. “A quantidade de feitos que se acumulam nas salas dos ministros para julgar, há incapacidade material, nem que seja um gênio, consegue colocar em dia os processos que tem. Faz o máximo que existe com o inconveniente de saber que não vai limpar os processos e as gavetas.” “Quando completei um ano perguntei ao meu secretário qual era o processo mais antigo. Não foi difícil encontrar a ação de 21 volumes que foi protocolada em 1938 quando eu estava no 3º ano do ginásio. Escolhi aquele para tirar de lá. Cheguei à conclusão de que tinha havido um equívoco e que aquele processo passou para o Supremo de forma equivocada. Aqueles volumes assustavam.” Em 17/10, foi eleito Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral. OUTUBRO: Proferiu voto no



sentido da fidelidade partidária, afirmando que aquele que se desliga de seu partido, pelo qual foi eleito, não pode seguir no mandato (Mandado de Segurança nº 20.927-5-DF).

Declarou em sua biografia que “Naquela ocasião, não se andava pedindo para ser nomeado. Não havia listas, não havia pedidos, não havia nada”. Um senador baiano, então, votou contra Brossard, sob a justificativa de que “ele não pediu o voto, sinal que não precisa do voto”. Após a aprovação pelo Senado, no entanto, Brossard foi ao Senado agradecer.

**1990** Brossard elaborou voto na ADIN 223, que questionava a MP do Collor 173, de 18/3/1990, que vedava a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do governo federal no sentido de não ser possível a suspensão das concessões, por violar direitos individuais e privar a Justiça da análise de tais casos. Votou pela inconstitucionalidade da MP. Votou no mesmo sentido em outros MS, inclusive para sustentar a concessão de liminar para retirada de valores da poupança, por investidores (VALLS, p. 506). No mesmo sentido, quando relator da ADIN 295, de 1990, votou pela concessão de liminar para suspender os efeitos de MP (VALLS, p. 507). Julgou, em 1990, o processo mais antigo do seu gabinete, de 1938 (Ação Cível Originária nº 164). Disse que colocava em pauta todos os processos para os quais era pedida preferência, pelas partes, já que sabia impossível julgar todos os casos e contrariando maneiras de agir de seus colegas, que costumavam respeitar a ordem (VALLS, P. 508).

**1991** MARÇO: Proferiu voto que defendia a autoaplicabilidade do art. 192 da CF - sistema financeiro nacional. Nesse julgamento, sua tese foi voto vencido. JUNHO: Proferiu voto, acompanhando

o relator Celso de Mello, pela inconstitucionalidade da Lei 8.024 de 1990, que foi convertida em MP 168 de 1990, declarando inconstitucional o confisco da poupança, base do Plano Collor. Foi voto vencido, junto com o relator e Néri da Silveira (VALLS, p. 514).

Pedro Simon apresenta a Proposta de Emenda Constitucional nº 17, fixando em 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público. Justificando a proposta, Simon lembra que Paulo Brossard será afastado do Supremo dentro de três anos. A proposta chega ao plenário para a votação em 1993, mas, por requerimento de Iram Saraiva, volta à Comissão de Constituição e Justiça. Em 1994, Simon requer que volte a tramitar, mas a proposta só é finalmente votada em 1995, depois da aposentadoria de Brossard. Aprovada em primeiro turno, a proposta é recusada no segundo com 41 votos contra (VALLS, p. 540).

**1992** Assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral em 4/6. Em seu discurso, disse: “Desde estudante, até o dia em que me vi coberto pela toga, exerci atividade política”. SETEMBRO: Deu voto contrário ao recurso impetrado pelo governo para estender o prazo de defesa de Collor na Câmara, já que para ele o impeachment era um julgamento político, e não criminal. Foi voto vencido e defendeu sua posição argumentando que a matéria, por ser de natureza política, era de exclusiva competência do Congresso, não cabendo ao Supremo a ingerência em assuntos do Legislativo. Depois do impeachment, numa entrevista ao Jornal do Brasil, reconheceu que o julgamento, ao contrário do que previra, havia transcorrido sem nenhuma anormalidade ou ameaça à ordem institucional. Ainda assim, voltou a criticar a morosidade do processo e reafirmou sua defesa do parlamentarismo. Baseado

na concepção da natureza política do impeachment, afirmou mais uma vez a “jurisdição exclusiva” do Congresso sobre os julgamentos de crimes de responsabilidade e declarou-se contrário à apreciação pelo STF de recursos contra a cassação de Collor. OUTUBRO: Defendeu tese jurídica, na ADIN 709-2, que sustentava que a ação direta de inconstitucionalidade fica prejudicada pela superveniente revogação da lei arguida de inconstitucional.

**1993** MARÇO: Como presidente do TSE, coordenou a organização do plebiscito sobre forma (república ou monarquia) e sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), previsto pela Constituição de 1988. Ao longo da campanha, criticou reiteradamente os programas eleitorais das frentes parlamentarista, presidencialista e monarquista, afirmando que eles não estavam contribuindo para o esclarecimento dos cidadãos, mas apenas fazendo marketing. Com esse argumento, fez aparições na TV para “explicar didaticamente” as diferentes propostas ao eleitor. Os pronunciamentos de Brossard foram alvo de críticas tanto da imprensa quanto de políticos. Acusado de parcialidade a favor do parlamentarismo, foi também questionado por sua “linguagem obscura” e “complicada”. O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, um dos principais líderes da Frente Presidencialista, chegou a pôr em dúvida a isenção de Brossard e defendeu seu afastamento da presidência do TSE até a realização do plebiscito. Diante das críticas, Brossard limitou-se a defender a fiscalização das campanhas pela Justiça Eleitoral. Indagado se não iria responder aos ataques de Brizola, afirmou: “Não quero por várias razões. Em primeiro lugar, porque, nesta altura da vida, estou como Machado de Assis:

tenho tédio à controvérsia. Em segundo lugar, porque não devo”. Posse na vice-presidência do STF em 13/5 (Presidente Octávio Galotti).

**1994** Aposentadoria no STF, por idade, em 25/10. Num pronunciamento ao Jornal do Brasil feito pouco antes de se aposentar, Brossard declarou-se contrário às propostas de controle externo do Judiciário e afirmou que o STF estava emperrado por causa do grande número de processos que tinha para analisar. Sustentando que a Justiça estava em débito “com relação às exigências da sociedade”, sugeriu a redução da possibilidade de recursos aos tribunais superiores como forma de agilizar o Judiciário. Nova ADIN sobre o ingresso de membros da magistratura pelo 5º Constitucional é julgada – em 1989, Brossard foi vencido por Moreira Alves – repete em 1994 o voto de 57 páginas que proferiu em 1989 (VALLS, p. 502).

Acerca da época, comenta em sua biografia (VALLS, p. 536) que a crise atribuída à Justiça seria, na verdade, do Executivo: “Tirem do Supremo todos os processos em que o Executivo é autor, recorrente ou réu, e o Supremo fica praticamente sem ter o que fazer, com tempo de folga”. Aponta o parlamentarismo como parte da solução, já que atribui parte dos conflitos ao uso de medidas provisórias abusivamente. “Eu nunca tive pressa, os acontecimentos é que foram ditando a minha vida, assim foi na Assembleia, na Câmara e no STF” (Memória do Parlamento, 2007).

**1995** Funda o escritório Brossard, Iolovitch Advogados Associados. No escritório, atuam Magda Brossard Iolovitch, Letícia Brossard Iolovitch e Marcos Brossard Iolovitch.

**1996** OUTUBRO: Parecer de sua autoria, feito a pedido

da União Nacional dos Estudantes (UNE), serviu de fundamento para a ação direta de inconstitucionalidade que os partidos de oposição impetraram no STF contra o projeto de avaliação dos cursos superiores, o chamado “provão”, do Ministério da Educação (MEC). Segundo o ex-ministro, a proposta ia de encontro a três artigos da Constituição, entre eles o que garantia a autonomia das universidades.

Em 9 de maio de 1996, o Supremo realiza sessão em homenagem a Brossard em razão de sua aposentadoria. Pronuncia-se em nome dos ministros José Néri da Silveira, comentando a atuação de Brossard nos últimos anos no Supremo e seu retorno a Porto Alegre (VALLS, p. 548).

- 1997** JUNHO: Diante do aumento das ocupações de propriedades rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), declarou ao jornalista Elio Gaspari, de *O Globo*, que o governo deveria fazer cumprir a lei, pois, a seu ver, “estava em curso um processo de erosão da autoridade”. Lembrando o movimento de 1964, afirmou que a nação não deveria se esquecer do passado, visto que “o processo de instalação da violência se dava aos poucos, (sendo) quase imperceptível”.
- 2000** Recebeu o título de cidadão de Porto Alegre.
- 2002** Concedeu entrevista no programa Perfil da Assembleia Legislativa.
- 2006** Em entrevista ao *Roda Viva*, em 25/9, disse que o impeachment “é um processo antiquado, secularmente antiquado, muito demorado e que convulsiona o país antes de chegar a um resultado. Mas nós tivemos uma experiência aqui que foi muito canônica, de modo que... É claro que depende das circunstâncias, porque não sei

se se repetiriam hoje as condições e as circunstâncias que existiram quando do processo contra o presidente Collor”. Em entrevista no *Roda Viva*, falou sua opinião sobre os ministros que votam levando em conta o clamor popular. Posicionou-se de modo a frisar a importância de seguir a lei [Reinaldo Azevedo, quando fez a pergunta, dividiu os juizes entre os que seguem a lei e aqueles que pensam no clamor popular, conforme Brossard, não seguir a letra da lei. “É muito perigoso. O juiz pode muito, mas o juiz está sujeito à lei, e a lei não é feita pelo juiz, é feita pelo poder competente. No momento em que o juiz, em que os juizes [disserem] “Não, esta lei é boa, e por isso eu cumpro” ou “Esta, no meu modo de ver, não é boa, então eu deixo de cumprir” – então nós entramos no regime da anarquia. É evidente que há temperamentos, por mil razões, mil motivos, e sempre houve. A interpretação da lei não é uma coisa mecânica, não é uma coisa materialista. A lei é lei, e o juiz também está sujeito à lei. Se não estivesse, ele seria então arbitrário”. Ao ser questionado sobre se o STF está sendo partidário, disse que “não concordo. O tema é interessante e importante, mas, no modelo do Brasil, herdado do sistema norte-americano, a regra é que o presidente escolhe. Tem que ter idade e ter notório saber jurídico e reputação ilibada (...) depende do homem que nomeia” (Com a Palavra, ALERGS, 2007).

**2007** Contratado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) para representá-lo em julgamento do STF sobre fidelidade partidária. No dia 1º de março de 2007, o partido protocolou uma consulta no TSE questionando se, no caso das eleições proporcionais, os mandatos pertenceriam aos partidos ou aos candidatos eleitos. Brossard, que 18 anos antes já havia defendido a fidelidade partidária no julgamento de um mandado de segurança semelhante, argumentou que a lei

brasileira obrigava que os candidatos a cargos políticos estivessem filiados a siglas e recordou que as eleições brasileiras ocorriam conforme o sistema proporcional, em que deputados, mesmo não bem votados, poderiam ser eleitos com os votos dados pela coligação a que pertenciam. Durante sua exposição oral no julgamento, Brossard virou atração entre os estudantes de Direito que ajudavam a lotar o plenário do Supremo, ultrapassou o tempo previsto para sua fala e recebeu concessões da presidente da Corte, ministra Ellen Gracie. Após o julgamento, o STF seguiu o entendimento do TSE e decidiu que os mandatos, no caso de eleições proporcionais, pertenciam aos partidos pelos quais os parlamentares haviam sido eleitos e, além disso, definiu prazos e regras a fim de disciplinar a fidelidade partidária.

**2008** JUNHO: Escreveu texto no *Zero Hora* sobre a votação das células-tronco. Comenta o tratamento que o caso recebeu pela mídia e pela sociedade; e diz que o julgamento foi acertado. NOVEMBRO: Toma posse como integrante da Academia Rio-Grandense de Letras. NOVEMBRO: Publicou texto no *Zero Hora* sobre a Lei Falcão e Guazzelli, e o episódio do sequestro dos uruguaios, dizendo que lhe causou estranheza a ideia de que Synval Guazzelli fora o autor ou formulador da “Lei Falcão”. Ele teria ido a Brasília e levado em papel datilografado, com o timbre do Piratini, o texto maldito e entregue ao presidente Geisel, que o acolheu e endossou passando ao ministro da Justiça o encargo de implantá-lo. “Nascia a Lei Falcão, a idéia de Guazzelli”, “Nascia a Lei Guazzelli, maquiada como Lei Falcão”. NOVEMBRO: Publica texto no *Zero Hora* sobre o parlamentarismo e a crise na economia norte-americana, criticando a atuação do presidente do Brasil no cenário da crise. NOVEMBRO: Publicou

texto no *Zero Hora* sobre a eleição de Obama nos EUA. DEZEMBRO: Publicou texto sobre o centenário do nascimento de Ruy Cirne Lima.

**2009** FEVEREIRO: Publicou texto no *Zero Hora* sobre o falecimento de Candido Norberto. MAIO: O governador José Serra concedeu a Ordem do Ipiranga no grau Grã-Cruz a Paulo Brossard de Souza Pinto. MAIO: Publica texto no *Zero Hora* sobre a baixa qualidade do provão do ensino médio.

**2010** JANEIRO: Brossard publica texto no *Zero Hora* em 4/1/2010 sobre a Lei da Anistia. Frase interessante desse texto: “Um pedaço de tempo, se é que tempo tem pedaço”. Sustenta nesse artigo que a lei não pode ser revogada porque seria *reformatio in pejus* para o criminoso, já que anistia, nas palavras dele, é “o ato legislativo em que o Estado renuncia ao direito de punir”. E haveria, nesse caso, punição. “Os efeitos da Lei da Anistia se fizeram sentir quando a lei entrou em vigor. O próprio delito é apagado. A revogação da Lei da Anistia ou que outro nome venha a ter importaria em restabelecer em 2010 o que deixou de existir em 1979.” OUTUBRO: Proferiu palestra sobre “A Constituição Castilhistas” em evento organizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Em 23/10/2010, publicou texto no *Zero Hora* sobre a campanha eleitoral na televisão e no rádio. Fez uma crítica sobre as eleições de 1974 quando os políticos só podiam passar suas fotos e nomes.

**2011** OUTUBRO: Foi ao ar o Dossiê Globonews com Paulo Brossard. DEZEMBRO: Encontrou com Carlos Ayres Britto na RBS. NOVEMBRO: Em 21/11/2012, publicou texto no *Zero Hora* sobre o parlamentarismo na Europa comparando-o com o presidencialismo.



## Fontes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Com a Palavra** [Paulo Brossard]. Porto Alegre: TV Alergs, 24 jan. 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Memória do Parlamento** [Paulo Brossard]. Porto Alegre: TV Alergs, 14 nov. 2007.

BROSSARD, Paulo. **O dia em que Sarney decidiu renunciar à Presidência da República** [22 set. 2011]. Entrevistador: Geneton Moraes Neto. Porto Alegre: Globonews. Programa Dossiê. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/geneton/2011/10/22/o-dia-em-que-sarney-decidiu-renunciar-a-presidencia-da-republica-o-ex-senador-paulo-brossard-faz-uma-viagem-ao-boulevard-da-memoria-as-vesperas-de-completar-87-anos-e-explica-o-que-sera-a-f/>>. Acesso em 29 jan. 2013.

BROSSARD, Paulo. **Sobre a redemocratização** [29 out. 1986]. Entrevistador: Rodolfo Gamberini. São Paulo: Roda Viva. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/834/entrevistados/paulo\\_brossard\\_1986.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/834/entrevistados/paulo_brossard_1986.htm)>. Acesso em 29 jan. 2013.

BROSSARD, Paulo. **Sobre sua vivência na política brasileira** [25 set. 2006]. Entrevistador: Paulo Markun. São Paulo: Roda Viva. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/459/entrevistados/paulo\\_brossard\\_2006.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/459/entrevistados/paulo_brossard_2006.htm)>. Acesso em 29 jan. 2013.

PAULO BROSSARD. In: Dicionário **Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV, [s.d.]. Disponível em: < <http://>

[www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx](http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx). Acesso em: 25 jul. 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Espaço Memória** [Paulo Brossard]. Brasília: TV Justiça, 2 abr. 2012. Programa de TV. Disponível em: <<http://www.tvjustica.jus.br/index/ver-detalle-programa/idPrograma/212898/youtubeid/BeG5V55ndw>>. Acesso em: 25 set. 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Espaço Memória** [Paulo Brossard]. Brasília: TV Justiça, 9 abr. 2012. Programa de TV. Disponível em: <<http://www.tvjustica.jus.br/index/ver-detalle-programa/idPrograma/212898/youtubeid/jyYmfYvHgNE>>. Acesso em: 30 set. 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ministro Paulo Brossard**: discursos proferidos no STF, na sessão de 9 de maio de 1996, por ocasião de sua aposentadoria. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalHomenagemAposenta/anexo/PAULO\\_BROSSARD.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalHomenagemAposenta/anexo/PAULO_BROSSARD.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2012.

VALLS, Luiz. **Brossard**: 80 anos na história política do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

# 4

## Entrevista com o ministro Paulo Brossard

---

**Fundação Getulio Vargas  
Centro de Pesquisa e Documentação de  
História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**

PROJETO > **O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988 - 2013)**

ENTREVISTADO > **Paulo Brossard**

LOCAL > **Porto Alegre - RS - Brasil**

ENTREVISTADORES > **Fernando de Castro Fontainha, Ângela Moreira Domingues da Silva, Izabel Saenger Nuñez.**

TRANSCRIÇÃO > **Liris Ramos de Souza**

DATA DA TRANSCRIÇÃO > **19 de julho de 2013**

CONFERÊNCIA DE FIDELIDADE > **Izabel Nuñez, Leonardo Sato, Thiago Filippo**

ENTREVISTA > **14 de junho de 2013**

## **Apresentação e origens familiares; Vinda do pai ao Brasil; Morte do pai; Convite à Alemanha e visita à Casa Augusto de Freitas (Hamburgo) em memória ao pai**

---

[FERNANDO FONTAINHA > F.F.] — *14 de junho de 2013, esse é o projeto “O Supremo por seus ministros, a história oral do STF nos 25 anos da Constituição”. Nós estamos aqui em Porto Alegre, no escritório do ministro Paulo Brossard, esta é a entrevista com ele mesmo, então presente o ministro; presente eu mesmo, professor Fernando Fontainha da FGV Direito Rio; presente a professora Ângela Moreira do CPDOC, presente a Izabel Saenger Nuñez, assistente de pesquisa da FGV Direito Rio; presente Ítalo Viana, analista de documentação do CPDOC. Ministro, nós gostaríamos de começar nossa entrevista pedindo ao senhor que dissesse o seu nome completo, local e data de nascimento, o nome dos seus pais*

[PAULO BROSSARD > P.B.] — Paulo Brossard de Souza Pinto, nascido em Bagé, Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, a 23 de outubro de 1924, filho de Francisco de Souza Pinto, português, e de Alila Brossard de Souza Pinto, brasileira, bageense. O meu pai veio para o Brasil no fim do século XIX, com 13 anos de idade, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos. Veio só. Passou pelo Rio, não gostou, havia febre amarela; passou por Santos, não gostou, depois foi até o Rio Grande. Ali terminava a passagem, ali desembarcou. Ficou algum tempo, pouco tempo, na cidade do Rio Grande, mas ele me disse que não gostava de cidade marítima e eu desconfio - ele nunca me disse e nem eu perguntei -, mas eu desconfio que é na cidade têm os vapores, e que apitam, não é? Quando chegam, quando saem, etc. e tal, quando se movimentam. E o apito deve acordar saudades, não é? Ninguém resiste a um apito na beira do mar assim. Eu acho que por isso é que dali ele se mudou para Pelotas e depois foi, viveu toda a sua vida praticamente em Bagé, onde faleceu. Meu pai, como se pode imaginar, nas condições em que chegou, Portugal

naquele tempo, veio de uma aldeia, em Marco de Canaveses. É um distrito, uma aldeia, Passos de Gaiolo. Eu estive lá, um século depois, e era isso aqui [faz pequeno círculo com as mãos em frente ao corpo]. De modo que pode imaginar que era com os conhecimentos mais rudimentares de uma pessoa do interior português daquele tempo. Mas trabalhou, aqui, organizou família, tudo o mais; morreu moço, um problema do coração etc.. Sempre tinha gozado muita saúde, excelente saúde; morreu moço. Acho que se não disse tudo, disse o essencial a respeito da primeira questão.

[F.F.] — *Sem dúvida, ministro. Então, como é que era o contexto, ministro, da casa em que o senhor cresceu, como foi sua infância, o colégio em que o senhor estudou?*

[P.B.] — Bom, quando eu nasci em (19)24, meu pai já era comerciante em Bagé, já era estabelecido. Desde 1914. Ele tinha trabalhado, sempre dizia que tinha trabalhado 16 anos como empregado, quando se estabeleceu. Tinha junto, parece, não sei, não me lembro exatamente, meu irmão sabe disso, ele tinha amealhado lá parece que quatro contos de réis, uma coisa assim, e com isso se estabeleceu, e fez fortuna etc. e tal, trabalhou muito. E agora então eu vou abrir um apêndice aí, que esse sim eu acho muito significativo e muito honroso. Em 63, eu recebi um convite do governo alemão para visitar a Alemanha. E lá... os alemães recebem a gente de uma forma fidalga... e houve um almoço num restaurante antigo na beira do Reno, e a pessoa que presidia o almoço era um senhor mais idoso, maduro, e que falava um português muito correto, *muito bem pronunciado, e muito bem... coisa que não é comum*. Então eu prestei minha admiração pelo seu português, ele disse: “Não, é que eu trabalhei muito, quer dizer, viajei muito, muitas vezes a Portugal etc. e tal, eu fui ao Brasil também”. “Ah, pois é...”, “Rio Grande do Sul, o meu pai era comerciante, era exportador, e com a crise depois da guerra então eu comecei a trabalhar, nesse ramo, viajar, como

caixeiro-viajante; e sempre estive no Rio Grande do Sul, estive em Rio Grande, em Pelotas, em Bagé... era viação férrea, não é?" E eu perguntei depois a ele o seguinte: o senhor se lembra da cidade de Bagé? "Me lembro, uma cidade assim...", disse umas coisas pitorescas e depois disse: "por sinal, de ruas largas... tal, me lembro sim". "E o senhor se lembra por acaso de uma pessoa que era ferragista, na rua principal, assim, e que era surdo..." Fiz assim com o braço. E ele na hora: "Me lembro." Eu fiz a pergunta porque, digo, ora, ferragista e surdo, no estado aqui era o único, de modo que... ainda fiz esse gesto assim [eleva a mão direita atrás do ouvido direito] que era muito do meu pai. "Pois então vou perguntar: ainda existe a Casa Augusto de Freitas Sucessores, que existia em Hamburgo?" Ele: "Existe, exportador..." "Ah, existe... exportador" "O senhor gostaria de visitar?" "Ah, sim." Quando cheguei a Hamburgo, foi já no fim da viagem, foram dez, onze dias, tinha lá um dia inteiro para a Casa Augusto de Freitas. Eu digo, não, então eu expliquei: "Eu gostaria apenas de fazer uma visita; se o meu pai fosse vivo, gostaria que eu visitasse, de modo que uns quinze minutos...". Estava lá o titular da firma, senhor Zigler, muito atencioso etc. e tal, se via que ele tinha mexido lá nos papéis, imagine, durante vinte anos importado muito e sempre, acho que fundamentalmente através dessa casa, que era casa de portugueses que fundaram no século XIX, fundada em 1834. Sempre quando vinha correspondência, os envelopes com papel timbrado, eu ficava pensando: Puxa, antes da Revolução Farroupilha começar, essa casa foi fundada. Mas isso, porque que estou dizendo isso? Porque no último dia, ele quis me oferecer um teatro, e o programa estava cheio, não tinha nada, nada, nada, então um almoço, jantar, todos os dias... Até que uma moça que nos acompanhava, que era por sinal uma alemãzinha que falava um português também *muito bom*, portuguesa, tinha aprendido o alemão na Alemanha, mas que era portuguesa e a pronúncia portuguesa perfeita, ao contrário do nosso que geralmente arranha... Pois muito bem, e ela então disse: "Tem

o almoço do último dia, quando termina”. Então viemos para o almoço na Ratskeller, casa do burgo, da prefeitura lá, e lá fomos. E ele depois do almoço perguntou se eu não precisava de alguma coisa etc. e tal, depois perguntou se eu não precisava de dinheiro. “Eu acabei de chegar e praticamente não gastei nada, porque tudo, todos os programas são pagos, eu sou convidado sempre; praticamente não gastei nada, agradeço muito etc.” E aí ele me disse uma coisa: “Nós trabalhamos com seu pai durante vinte anos e *nunca* houve um motivo de reclamação de parte a parte”. Ele tinha naturalmente folheado lá as coisas. “*Nunca* houve... E seu pai tinha crédito *ilimitado* na Casa Augusto de Freitas. E o senhor também tem. De modo que se o senhor precisar de alguma coisa, agora ou em qualquer ocasião, onde estiver, pode saber que tem um crédito ilimitado na casa.”.

[F.F.] — *Linda história.*

## **Infância; Colégio e posterior reencontro com antigos colegas**

---

[P.B.] — Indo além, o que eu posso lhe dizer? Acho que sobre... Estudei em colégio das freiras, Colégio Espírito Santo, onde a minha mãe tinha estudado, tinha sido aluna interna inclusive, e depois no ginásio de Bagé, que é o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, de Salesianos. E ali tirei, terminei o primário, depois tirei o ginásio, me formei em 1940. Dali vim para Porto Alegre, onde... Mas vamos primeiro parar aqui. Quer dizer, a minha formação foi lá em Bagé e nesses dois colégios.

[P.B.] — Naquele tempo... hoje, todo lugarzinho tem ginásio, e se facilita tem faculdade, e se facilita, tem faculdades, e se facilita tem universidades; mas naquele tempo, não. Tanto que havia cidades como Uruguaiana, como Santana [do Livramento], como Bagé, como Pelotas, como Santa Maria, e seguramente como Passo Fundo, tal, que tinham ginásio. Então esses ginásios

atraíam os moradores dos municípios vizinhos. Lá em Bagé, por exemplo, de Uruguaiana evidentemente não tinha ninguém, mas de Alegrete tinha; Alegrete e Dom Pedrito, Lavras [do Sul], Caçapava, tinha até um de Santa Maria, por sinal brilhante estudante, Lôndero, depois vim a saber que era primo-irmão do Alberto Pasqualini, mas por uma circunstância especial ele foi estudar em Bagé; Pinheiro Machado, enfim; era centro, e assim das outras cidades também, no centro dos vizinhos. Conheci muitas pessoas que depois fui encontrando ao longo da vida que tinham estudado lá naquela ocasião etc.; alguns companheiros de aula, colegas de aula, e outros até mais adiantados etc.

[F.F. ] — *O senhor se lembraria dos nomes desses colegas??*

[P.B.] — Ora, são tantos, meu Deus do céu<sup>1</sup>.

[IZABEL NUÑEZ > I.N.] — *Desses que o senhor veio a encontrar depois?*

[P.B.] — O Lôndero, o Lôndero, medicina, era professor da Faculdade de Santa Maria, era um cientista e tem muitas, infinitudes, das suas pesquisas... de revelações.

Anos passados, eu tinha ido a São Jerônimo a serviço profissional. São Jerônimo é uma cidade pequena aqui próxima a Porto Alegre, e precisava de uma certidão e tinha que requerer lá na Prefeitura. E fui lá, a porta estava aberta, mas não tinha, não havia funcionários. Estavam todos... a repartição estava fechada, embora as portas da prefeitura abertas. Eu entrei ali e tinha uma pessoa sentada num banco, com o pé assim inclusive, me lembro muito bem, assim com o pé. Eu olhei... “mas eu conheço esse aí”. Fiz uma pergunta, a que horas abria. “Não, não, dali a pouco...” Então eu disse a ele: “O senhor não estudou em Bagé e não terminou o ginásio em 1934?” “Estudei. 1934? É, estudei

1 O ministro José Néri da Silveira era natural de Lavras do Sul e frequentou o Ginásio Auxiliadora em Bagé; era mais moço do que o ministro Paulo Brossard. Eles se conheceram no ginásio. O ministro Néri fez menção ao fato na homenagem pela aposentadoria do ministro Brossard, em sessão solene do STF.



em 1934.” É que era um quadro dos formandos daquele ano, e eu todo dia subia a escada para ir para a minha aula e olhava, e tal... sabia a data. Ele ficou meio assim... Depois eu disse a ele: “Eu não me lembro do seu nome, mas me lembro do apelido” [risos], e ele: “Inhato, não é?” “É.” Ele tinha uma cara... Inhato, Inhato, é... “Eu sou Flores, Olinto Flores”, alguma coisa assim. Eu achei muita graça disso, quando eu disse assim: “Do nome não me lembro, mas me lembro...” não disse qual era, ele disse: “Inhato”. Eu disse: “É. Esse mesmo”. [risos]. Mas quem é mais que eu encontrei assim? Poxa, agora eu me apertei, parece mentira.

Não se perde muito por isto.

### **Lembrança da Revolução de 1930; Visita de Assis Brasil à residência de seus pais**

---

[ÂNGELA MOREIRA > A.M.] — *Ministro, o senhor era muito novo na época da Revolução de 30. Mas o senhor se recorda da influência dos acontecimentos políticos na sua vida cotidiana lá em Bagé?*

[P.B.] — Me lembro dela. Me lembro de (19)30 e (19)32. Me lembro de 30 porque foi um movimento aqui. E mais, ao lado da nossa casa lá em Bagé morava uma família e o filho, eles tinham um filho homem, e este embarcou, em 30, me lembro muito bem. A senhora chorou na despedida, e ele, contente da vida, fardado já de revoltoso, e foi, voltou incólume, não sofreu nenhum ferimento etc.; mas me lembro muito disto. Mas eu tinha então o que, eu tinha seis anos, sou de 24, isso foi em 30, eu sou de outubro, a revolução foi de outubro, assim que... Me lembro disso. Por aí. Me lembro de 32 também, por quê? Porque em 32, no mês de julho havia, junho, maio, junho, é, em julho, foi em julho, havia uma cerimônia religiosa lá na igreja, e a minha mãe, a minha mãe ia habitualmente e eu ia com ela; e quando terminou a cerimônia lá, o meu pai estava. O meu pai, ou porque

era surdo, não frequentava a igreja; e o meu pai estava na porta ali. E eu digo: “Ué, que foi que houve? Por quê?” E tinha estourado a Revolução de São Paulo, 9 de julho de 32. De modo que me lembro *nitidamente* disso, me lembro; *porque* que me lembro, e assim me lembro de 32 também. E depois eu me recordo, meu pai tinha um rádio, poucas pessoas tinham rádio, daqueles rádios... as descargas eram horrorosas. Doía nos ouvidos da gente. Então algumas pessoas se reuniam lá em casa, até no porão da casa, que tinha entrada independente, para ouvir as notícias e tal. Depois... [pausa pensando] Falar em 30 e 32: conheci o Assis Brasil. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Como e em que circunstâncias e porque guardei essa visita? Eu falei que meu pai tinha uma ferragem do lado da nossa casa. Eu era guri, pé no chão, saía dali no verão, tinha uma porta interna que ligava a casa à ferragem. E cheguei, entrei, como de costume... e vi o meu pai que, por ser surdo, dificilmente atendia algum cliente, salvo quando eram amigos, pessoas conhecidas. Eu vi que ele estava atendendo uma pessoa e uma pessoa de cabelo branco, *bem branco*. Eu fiquei meio assim, e ele ia fazendo... parece que ele queria uns parafusos, e meu pai puxou uma caixa, ia jogando as compras daquele cliente, que era para mandar depois. Eu olhava, achava, olhava... Depois, o meu pai convidou para ver as uvas, ele tinha umas parreiras maravilhosas, por sinal, numa... num pátio assim, e um outro de figo, na casa da família. E o papai mostrou as uvas, falou nas uvas etc., prometeu que lhe mandaria uma muda, e aquele, o velho, prometeu um presente, uma muda também – que mandou – e depois passamos para onde tinha uma figueira daquele pingo de mel, branco, pingo de mel, uma maravilha, uma figueira grande. Era verão, os figos *estavam perfeitos*, madurinhos, tal. E o meu pai ainda tirava, selecionava algum mais, tirava e oferecia a ele; eu, mais desconfiado ia ficando. “Quem é?” Lá pelas tantas, ele se dirige a mim e pediu um copo d’água. Eu saí correndo, a minha mãe vivia ainda, e cheguei lá dizendo: “Tem aí um homem, me pediu um copo d’água, está lá com papai”. “Quem é?”, disse ela. “Não sei, mas eu acho que

é importante, porque...” Então tinha assim uma base com dois copos de cristal; desci, entreguei a ele, pegou um copo, tomou etc. e tal, e depois se dirigiu a mim e me disse: “Eu lhe retribuirei este copo d’água quando for à minha granja de Pedras Altas”. Olha, eu era um guri de seis anos, sete anos, tinha seis anos, sete anos, e o tratamento, os dizeres, a maneira e tal: “Mas quem é esse velho?”, mais curioso ainda fiquei. E foi... Terminou. Papai o levou até a porta da ferragem, mal ele tinha dado o primeiro passo, eu puxei meu pai assim pela calça e perguntei: “Quem é?” [sussurro] Como ele era surdo, falava devagar, ele me entendia bem, perguntei assim: “Quem é?” E ele só disse: “Assis Brasil”. Assis Brasil era então um nome muito popular. Nunca esqueci isso, reproduzo essa cena como se fosse hoje. Fecha o parêntese.

Que mais aí nessa?

### **Ida a Porto Alegre; O pré-universitário jurídico; Inclinação ao Direito; Ingresso na faculdade**

[F.F.] — *Estou só um pouco curioso com a sua ida para Porto Alegre, ministro.*

[P.B.] — Bom, eu terminei o ginásio em 40, e como todo, toda pessoa nessa altura da vida está hesitante, qual é a carreira etc. e tal. O meu irmão, que era três anos mais velho do que eu, já estava em Porto Alegre. Naquele tempo, havia... era o pré, não sei se... está lembrado disso?

[I.N.] — *O que era o pré, ministro?*

[P.B.] — O pré era o pré-universitário, colégio pré-universitário, curso pré-universitário. Por quê? Na reforma Capanema... Depois me lembre que eu vou contar uma história do Capanema. Eu fiz cinco anos de ginásio, mas o ginásio foi reduzido para quatro. Mas em compensação foram criados dois anos, três anos, dois anos de pré-universitário. Eram três prés: era o pré-jurídico, o pré-técnico para engenharia... e o pré-

médico para ciências da biologia etc. e tal. Já como preparação, preparando para as futuras carreiras, e com elenco de matérias também já... Pré-jurídico tinha filosofia, tinha latim, tinha história da literatura, da sociologia; tinha também higiene, geografia humana, higiene. Tive um excelente professor de higiene, ainda hoje me lembro de coisas da higiene. [risos] E o técnico tinha especialmente matemática, física, química. Medicina: biologia, botânica, história natural etc. Enfim já indicando as coisas... E ao mesmo tempo, muitas pessoas também mudaram nessa fase preparatória, né?, mudavam até de opção profissional, porque começaram a ver coisas um pouco diferentes ali.

[P.B.] — Bom, terminei o ginásio e com alguma hesitação, o meu pai perguntou o que eu ia estudar etc. e tal, falei: “Direito, tal”. E ele disse: “Acho que deve estudar Direito”. Está bom. Eu já estava inclinado, já estava mais ou menos, e com aquela palavra então fiquei tranquilo. Eu fiz então lá o pré, uns dois anos. O ginásio tinha um bom nome, mas, casualmente, por uma dessas coisas, eu terminei o ginásio num período em que houve uma... em que tinham desaparecido velhos professores, padres, alguns substitutos que não estavam bem à altura. Eu lamento que eu tenha cursado exatamente naquele momento, porque algumas coisas que eu nunca aprendi, debito a esse fato. O resto eu não sou muito ligado ao ginásio. Os meus netos que moram em Bagé estudam lá, um deles agora já está aqui, já entrou na faculdade este ano. Mas o pré foi uma situação assim muito diferente daquele regime do ginásio, porque embora não fosse ainda o regime universitário, mas tinha uma liberdade que lá no ginásio não havia e tudo o mais etc. e tal. Eu tirei os dois anos bem e fiz o vestibular no ano de 43, fui aprovado e aí então comecei. Já na faculdade, aí, sim, realmente me senti mais no meu curso.

[F.F.] — *Ministro, o senhor se lembra de por que já estava*

*inclinado ao Direito?*

[P.B.] — Talvez por influência de um professor do ginásio que... alguma coisa. Na minha família, não tinha precedentes. Na minha família, o primeiro advogado que tinha fui eu. Antes de mim, um tio estudou agronomia. Advogado fui o primeiro. E à medida que ia entrando no curso ia mais e mais *gostando* e mais satisfeito com a decisão que tinha tomado. Terminado o curso... bom, aí há um fato novo. Em 45, com o começo da redemocratização, eu entrei de corpo e alma na campanha da redemocratização. E isso, não é, me permitiu, me impôs um alargamento de relações. A minha vida de estudante... Qual era? Eu morava numa pensão, era faculdade e casa. Não tinha família aqui, não tinha... Ficava estudando, sempre que possível, e tinha um círculo muito fechado, quer dizer, muito *limitado*. Com a campanha política, isso me permitiu entrar em contato realmente com outros estudantes de outras escolas, contemporâneos, e com outras pessoas, inclusive graduadas, de atividade pública, e antigos parlamentares, professores universitários etc. Assim que, quando eu terminei o curso – isso foi em 45, quando eu estava no terceiro ano –, quando eu terminei o curso<sup>2</sup> eu fiquei em Porto Alegre. Não por decisão minha, é que eu já estava em Porto Alegre, já estava enraizado. Eu já estava, não se tratava.

### **Engajamento na campanha de redemocratização (1945); Viagens pela AICADE (Bahia e Buenos Aires); Expansão de suas relações pessoais**

[P.B.] — Quando eu cheguei aqui, eu só pensava em voltar. Quando chegou a hora de partir, eu já estava sem saber. Mas quando fui diplomado, tal, as pessoas que eu conhecia eram os meus eventuais concorrentes, que eram assim... Mas também com alguma notoriedade que fui adquirindo durante esse período, a partir de 45, me permitiu também alguma facilidade,

2 Terminou o curso em 1947.

vamos dizer assim, em me tornar conhecido e comecei a advogar. Como sói acontecer, coisas miúdas etc. e tal. Mas fiquei muito impressionado quando, em julho, surgiu uma oportunidade de uma viagem à Bahia por uma entidade da faculdade, que era chamada AICADE – Associação... Cultural dos Acadêmicos de Direito etc. e tal, que pela primeira vez... Não, minto, um ano antes, em 46, ainda por intermédio da AICADE, tinha ido a Buenos Aires; aí essa foi a primeira vez que um aluno da faculdade tinha saído em viagem ao exterior. E o diretor da faculdade, quando nós fomos comunicar, disse: “Olha, pelo regimento interno, a viagem externa, para o exterior, só acompanhado de um professor. Vocês me trazem esse problema agora, porque normalmente o diretor é que deve acompanhar, porque é uma representação da faculdade, tudo o mais; e eu não posso viajar agora, por razões pessoais, mas eu conheço vocês, tenho confiança em vocês, de modo que, oficialmente, eu estou acompanhando. E sei que vocês não vão decepcionar nem a faculdade, nem a mim, assim que eu sou chefe sem sair daqui”. Naquele tempo, Buenos Aires ainda era Buenos Aires. Aliás, *custou anos* para deixar de ser, até que conseguiram fazer isso lá. Mas Buenos Aires... era um encanto realmente a cidade. Eu estive lá depois, quando casei, em 50, lá a diferença era... Basta dizer que as casas, as lojas não tinham luzes, as lojas, os mostruários, as vitrines, a luz era particular etc. e tal, quando tinha era um fecho de luz. Mas então, primeiro foi em Buenos Aires, depois nessa da AICADE. Eu sempre gostei de conhecer... Depois, naquele tempo o Brasil se compunha de duas metades, uma que terminava no Rio e São Paulo e outra aqui que ia do Sul e terminava no Rio. Ali para... não se passava. E era interessante, eu fazia contatos. Então eu fui nessas condições, e lá na Bahia eu conheci não só estudantes, em Pernambuco e Salvador, mas conheci também professores, se tornaram amigos meus. Josaphat Marinho, eu conheci lá, ele era deputado estadual, muito moço, e ficamos amigos daquele tempo, e foi até a morte dele, grandes amigos. Nelson Sampaio,

que depois faleceu mais cedo, também professor, tive *grandes* relações com ele. O Jaime Baleeiro que era o presidente do Instituto, advogado, depois ministro do Tribunal de Recursos, desta viagem. E assim. Baleeiro eu não conheci nessa... Não, não foi nessa ocasião, depois fiquei amigo do Baleeiro também. Mas assim, vários. Aluísio de Carvalho, foi diretor da faculdade, professor, grande orador, grande professor, professor de Direito Penal. E assim, nessas duas viagens que eu fiz; uma já depois de formado, mas em verdade eu estava como estudante lá dentro, tanto que a associação era de estudantes, que durante dois anos após a formatura ainda tinham direito de participar da vida na AICADE. De modo que essas duas viagens também me fizeram conhecer... Foi aí que eu conheci o Rio de Janeiro, parando no Rio, para depois seguir para a Bahia. Já conhecia algumas pessoas ali, o Luiz Viana Filho, conheci quase que por acaso, porque fui à Câmara [de Deputados, no Rio de Janeiro] e ele estava ali; eu já o conhecia pelo livro. E pessoas, o deputado Raul Pilla, aquele retrato ali, que era deputado desde a Constituinte de 46, e [silêncio] Gilberto Freire, em Pernambuco, depois no Rio, e assim. [silêncio]

O exercício da atividade partidária me constituiu, me absorveu parte do tempo, ao longo na vida, mas eu não posso me queixar porque ela também me ensinou, me tornando conhecido etc. Isso facilitou também como advogado, ao longo do tempo, muita gente já me conhecia, já conhecia de nome e tal. [interrupção na gravação]

[P.B.] — Mas como está indo a conversa?

[A.M.] — *Excelente.*

[P.B.] — Mas eu estou conversando demais, coisas assim...

[F.F.] — *Para nós é riquíssimo.*

[A.M.] — *Está ótimo.*

[P.B.] — Mas aí quando chegou o mês de julho, eu digo: “Isso eu não posso perder, porque não terei oportunidade, outra oportunidade de ir à Bahia”. Aliás, não era Bahia, era Recife; Recife e Bahia. É que na volta nós paramos na Bahia, interrompemos a viagem para passarmos uns dias... [interrupção na gravação] [fala sobre Senado e Jarbas Passarinho]

### **Conciliação da política com a advocacia; Faculdade: estrutura do curso, grandes mestres e recordações**

[F.F.] — *Então, ministro, falávamos sobre... o senhor falava sobre a dificuldade, dificuldade e ao mesmo tempo facilidade de conciliar política com advocacia logo depois que o senhor se formou.*

[P.B.] — É, muita gente diz: “Não quero entrar na política...”. Eu exerci toda a atividade, até entrar no Supremo Tribunal, eu exerci atividade partidária. E não tenho queixa por isso. Curiosamente, curiosamente, eu vim a ser advogado de pessoas que eram notoriamente meus adversários. Notoriamente. Uma das vezes até que eu fui... É interessante, era um oficial de um cartório lá de Itaqui, parece que era. Ele tinha um cartório no Rio de Janeiro. Eu digo: “O que é isso, um cartório no Rio e em Itaqui, saiu daqui”. Bom, mas depois eu soube, até por um desembargador que tinha sido juiz lá em Itaqui, que ele era da ligação do Getúlio etc. e tal, relações assim muito pessoais, e que aquele cartório, ele que me disse... E daí eu estranhei porque que tinha sido. Mas o que... mais interessante é que ele me procurou para seu advogado, recomendado por quem? Pelo Pontes de Miranda. Pelo Pontes, com quem aliás eu tinha relações assim muito cerimoniosas etc. Quando eu soube... mas que é isso! E ele que era figura... adversário meu, mas me procurou, tudo o mais... Mais de uma vez aconteceu isto.

[A.M.] — *Ministro, o senhor pode falar um pouco mais sobre a sua faculdade, como estava estruturado o curso, quais as disciplinas, quem foram seus grandes mestres, as obras que o*



*senhor se recorda importantes?*

[P.B.] — Olhe, olhe, a faculdade. Eu peguei grandes professores na faculdade. No primeiro ano, eram quatro cadeiras: Introdução à Ciência do Direito, Teoria Geral do Estado, Direito Romano e Economia Política. Com exceção da Economia Política, que era um homem ilustrado, mas ficou muito tempo afastado, tinha estudado na França no tempo da Grande Guerra, 14-18, tinha sido aluno do Gide e tudo o mais, mas depois a atividade dele foi em outro rumo, de modo que acho que estava um pouco... não tinha aquela naturalidade didática. No Direito Romano, o professor era um sábio em matéria de Direito Romano, é que nós não chegávamos lá em Direito Romano, latim etc. e tal. Mas as outras, Introdução e Teoria eram dois professores de que até hoje eu me lembro deles com saudades. No segundo ano, também, o Schneider, que era da Ciência das Finanças, e o Salgado Martins, que era de Direito Penal, dois professores que... O Schneider então era um príncipe da palavra, frase elegante. Os outros dois eram mais ou menos. Terceiro ano: em Direito Civil um professor muito bom, Direito Penal continuava o Salgado, Direito Comercial, fez concurso à cátedra depois, quando era meu professor e eu muito acompanhei, portanto, o professor, muito minucioso, e assim por diante. E Direito Processual Civil, Bonumá, que era o único professor... Não havia intimidade professor e aluno, tal, não havia, mas havia boas relações. O único professor que tinha uma certa distância era o professor Bonumá, professor de Processo Civil. Pois bem, naquele tempo, a frequência não era obrigatória e o número de pessoas que frequentava as aulas era pequeno. Eu sempre frequentei. E ele dava as aulas no salão nobre, mas era só que lá no fundo do salão nobre. Tinha uma mesa grande, maior do que aquela [aponta], que era a mesa das reuniões da congregação. Eu sempre sentava, ele sentava... Sentei pela primeira vez ao lado dele e depois continuei sentando. E ele foi se afeiçoando de tal maneira com a nossa turma, e comigo em especial, que aconteceu uma coisa

que... Quem conheceu o professor Bonumá é que pode valorizar, quem não conheceu vai achar uma banalidade, não é? É que uma vez, interrompeu a aula com um aluno que chega atrasado, abre porta, fecha porta. É chato, chateia, né? Uma vez, duas vezes, três vezes. E quando eu atrasei, entrei... Uma vez eu me atrasei, acidentalmente, um bonde, um problema qualquer, mas quando eu entrei, eu não ouvi a voz de ninguém e estava todo mundo calado e o professor Bonumá assim [cruza as duas mãos, sobre a mesa, em frente ao corpo]. Eu digo assim: “Th...”. E a minha cadeira ao lado dele vaga. Fiz a volta, cheguei e disse: “Bom dia, professor” e ele não respondeu. Ele disse: “Esta aula é dedicada a ti, Brossard” e aí eu entendi por que todo mundo virou quando eu entrei. Porque ele chegou e disse: “O Brossard não chegou? Esta aula é dedicada ao Brossard, eu vou esperar”. Para dizer uma piada, ele chegou a esse banderê até de uma forma carinhosa, ele que era, que parecia que estava sempre encadernado. Eu disse: “Uma grande honra, mas não posso imaginar”. Aí ele disse: “Hoje nós vamos estudar a *oposição processual*”, até esta piada ele fez. Vocês vejam como havia um afeto real, não é? Eu disse: “Não é possível!”. Que qualquer outro professor que dissesse aquilo... Tinha havido uma sessão no Theatro São Pedro, eu tinha feito um discurso, tal... E ele era fraternal amigo do governador que era o Valter Jobim. A resposta ele não deu para mim, ele deu para todos. “Hoje vamos estudar a *oposição processual*.” [risos] São essas pequenas coisas, mas o Bonumá, professor de uma dedicação... Quando nós estávamos terminando o ano, um ano depois, ele publicou um livro em três volumes, livro muito, muito bem escrito. Não saiu uma nova edição porque ele morreu depois, se aposentou pouco depois por doença cardíaca. Uma vez em que eu fui visitá-lo, e ele me disse, estava de capa, no inverno: “Brossard, eu agora não posso me emocionar e eu, quando eu me aposentasse, eu fazia votos, fazia propósitos de ler livros, literatura, livros que eu li há muito tempo, gostaria de reler e tal, mas agora não posso me emocionar, o médico... Então agora só leio Direito Romano”. Eu contava isso lá pro Moreira Alves...

“Olha, o Bonumá, o castigo dele era ler Direito Romano”. [risos] Bom, depois no quinto ano eu tive grandes professores: Simch Júnior, Armando Câmara outra vez, porque tinha sido restabelecida a cadeira de Filosofia do Direito, ele que tinha me lecionado Introdução à Ciência do Direito, no primeiro ano, foi me lecionar Filosofia do Direito no quinto ano. Simch Júnior, Processo Penal; o Câmara, Filosofia do Direito; o Cirne Lima, Direito Administrativo. E o Simch, já falei, Câmara, e Ruy Cirne Lima: três mais o... Esses três professores, principalmente, eram excepcionais. Um diferente do outro, muito diferentes, muito diferentes, mas eram realmente... O Câmara era uma festa intelectual, e com uma particularidade: ele tinha uma formação literária de primeira ordem e a frase dele era um encanto. Interessante porque ele era muito católico e tal, maior engano era esse. O Léo aqui falou daquele advogado, o Schenkel, de Uruguaiana, que era comunista, foi cassado e tudo o mais. Pois bem, ele foi fazer um exame, na introdução, primeiro ano, ele, na flor dos seus 18 anos, 19 ou 20 anos e com toda paixão, declarou ao Câmara que ele assumia outra filosofia e tudo o mais etc. e tal, que não acompanhava o pensamento da cátedra. No exame, o Câmara deu oito. Isto é contado pelo Schenkel. Escrevi um artigo relatando esse fato; o Schenkel está vivo até hoje, e ouvi dele, e pedi autorização dele, ele disse: “Isso pode dizer”, e ele deu oito. E eu escrevi, no artigo, dizendo que, na minha interpretação, ele tinha dividido aquele oito em duas partes. Um, pela exposição feita, e a outra pela valentia, pela bravura daquele uruguaianense, e que ele [Câmara] apreciava não só as pessoas que tinham posição etc. E depois vi numa outra... procurei lá, oito e nove notas que o Câmara deu ao comuna. Para ver como, para mostrar... Bom, era o Câmara. Realmente as aulas dele eram, até por timidez; mas tinha vontade de *bater palmas* no fim das aulas. Coisa que na França, na Sorbonne eu vi, no final a assistência, também era uma tropa, parecia um comício, duas mil pessoas, uns salões imensos. O Cirne Lima era diferente porque ele era

um timbre de voz meio sem flutuação, sem vibração etc. e tal. Agora, era um *capital armazenado que era excepcional*. Eu sempre digo assim que era a maior cultura jurídica do estado, ele era, pela quantidade e qualidade. O que não quer dizer que ele fosse o melhor expositor. O livro dele é um livro que eu cansei de ler e reler aquele livro, e não encontrei uma palavra que pudesse cortar. Não encontrei uma palavra que pudesse cortar; seca, dura, mas também muito precisa. E o terceiro, Simch Júnior, esse era homem muito inteligente, um tipo completamente... muito amigo, especialmente do Câmara, tinham sido colegas de turma. O Câmara era um homem que vivia no Solar Câmara; ele era neto do Visconde de Pelotas, ele era bisneto do Visconde de São Leopoldo, quer dizer, era aquela mansão. Graças à Assembleia que desapropriou e ficou com aquele prédio, e eu até influí nesse sentido, eu era deputado. Não podia ser demolido pra fazer um... e aquilo ia à venda... na família ninguém podia manter aquilo e ninguém ia comprar aquilo senão para transformar num edifício de 20 andares, que era imenso, começava na rua Duque, terminava na rua do Riachuelo. Eram os estábulos etc. Mas o Simch era diferente; em primeiro lugar, era esportista, gostava de lancha e coisa e tal; sempre trajava gravata de tope, meio fora do lugar etc.; cabelo meio despenteado, e dançava, não parava, parecia um balé aquilo. Mas muito preciso, ele tinha o costume de fazer uma espécie de esquema na pedra, ele escrevia na pedra umas palavras soltas e depois ele apagava, no fim da aula apagava. Ele terminava a aula, depois se voltou e disse, se ele tinha falado sobre a prova, do processo penal. Quando ele terminou depois e apagou disse assim: “Mas esqueci de dizer que, em matéria de prova, o fundamental, o imprescindível é que ela seja interpretada com inteligência”, ponto. [risos] Isso faz o quê, quantos anos? Isso foi em 47, faz alguns anos, não é? Eu me lembro, parece que estou vendo o fim da aula: “com inteligência, nada mais”.

**Ingresso no Partido Libertador; Sublegenda no MDB; Eleição para a Câmara dos Deputados; Apoio de Érico Veríssimo e Chico Buarque; Necessidade de exercer a advocacia concomitantemente à atividade política**

[I.N.] — *Ministro, foi nessa época que o senhor iniciou a sua atividade política junto ao Partido Libertador? Como foi, foi durante a sua faculdade, durante a sua graduação?*

[P.B.] — Foi no começo, no ano de 45, 46, 47. Em 47, eu terminei o curso. Três da faculdade.

[I.N.] — *E como foi essa aproximação, como e que foi o partido?*

[P.B.] — Bom, eu já tinha lido alguma coisa, de modo que... E aquele retrato ali, o Raul Pilla que era professor da Faculdade de Medicina, professor de Fisiologia. Mas ele, durante o Estado Novo, em que havia censor, ele não escreveu. Na verdade, escreveu um artigo quando morreu o Assis Brasil. Morreu no sábado; no domingo seguinte, ele escreveu um longo artigo no *Correio do Povo* sobre o Assis Brasil, e com todas as... E depois, só quando o Pasqualini veio a ser o Secretário do Interior e Justiça, e declarou que a censura, que o DIP terminava no Rio Pelotas, que no Rio Grande não havia mais censura, o que foi um ato de rebeldia. Não sei se ele já teria dito ao interventor que ele ia terminar com aquilo. Bom, o Pilla, quando a censura parou lá em Santa Catarina, nos limites de Santa Catarina, ele então voltou a escrever, um artigo que era cheio de, de palmas, assim, um primor pela simplicidade, pela transparência, pela correção e, ao mesmo tempo, a simplicidade antes, acima de tudo. Então você lia, lia, lia isso e depois me aproximei naturalmente dele. E ali.

[A.M.] — *Ingressou no partido?*

[P.B.] — Ingressei logo, logo no começo. E dele não saí; fui saído, com a extinção dele e de todos os outros. E tinha o propósito de não me inscrever em nenhum, e esse propósito não era amplo, porque se esgotou o prazo de inscrição e eu e um outro colega não nos inscrevemos. Mas depois as coisas... aconteceu

aquela coisa, aquele genocídio aqui na Assembleia<sup>3</sup> para que um candidato que tinha sido derrotado nas urnas quatro anos antes, e que era membro do governo que cassava mandatos, era candidato, e me fez um cerco tremendo. Era amigo dele, não é? Para que eu o apoiasse... e depois das cassações aquelas, em que o governo, inclusive esse ministro, que era ministro do Trabalho, fazia parte... Foram cassados tantos deputados de modo que a maioria, cuja maioria tinha convidado Cirne Lima para ser candidato, que era a maioria da Assembleia – que pela legislação feita então, cabia à Assembleia, não era pelo voto... Quer dizer, nos termos rigorosos, nos termos da lei. Cassados tantos para que a maioria ficasse, virasse a minoria e a minoria crescesse. Eu digo assim: “Assim não dá, não dá.” Aí terminei então... Aí foi uma coisa interessante, um movimento assim muito expressivo, de mais de uma corrente, assim no sentido de que eu devia... então foi feito... não do PTB porque o PTB também tinha sido extinto, mas do MDB já então iniciado, me ofereceram uma sublegenda, que pela legislação era permitida. Então eu concorri por uma sublegenda, no qual ficavam os termos em que eu ingressei, ficava estabelecida a independência que eu tinha e tudo o mais etc. e tal. Eu passei quatro anos sem fazer parte, na Câmara. Até um dia o Covas me cobrou: “Mas Brossard, meio deputado...” Eu digo: “O que eu vou fazer, sou exatamente... disseste muito bem, sou meio deputado”. Mas eu sou transitório, eu não pensava em voltar. Então, depois quando chegou a vez da renovação... Eu fui eleito em último lugar, mas fui eleito, na sublegenda. Depois de quatro anos, pela atuação que eu tive na Câmara, e especialmente depois dessas cassações, das coisas e análises que eu fiz, também com absoluta objetividade, aquilo rendeu muito, digamos assim. Até pela coragem... porque cassavam mandato. Eu disse tudo que tinha que dizer. Se fosse candidato a deputado, eu seria tranquilamente eleito. Até porque o MDB, o antigo

3 Cassações de deputados estaduais em 1966 para permitir a eleição da candidatura imposta pelo governo central.

PTB, estava muito empobrecido por causa das cassações que já tinham sido feitas, especialmente depois do AI-5, tanto que a campanha daquele ano foi uma tristeza, foi uma coisa lutuosa. Pois bem, perdi<sup>4</sup>, como sabia, e foi por isso que eu aceitei depois ser candidato ao Senado, porque eu saía da atividade partidária, como eu queria, e sem deixar de ser candidato. Momento de desgraça e tal, adesão, de desgraça... Digo: “Não, momento da desgraça eu estou aqui”. Eu seria candidato, não seria eleito, com as contas em dia. Só que no ano seguinte, fizeram a traição, terminei, aí, sim, candidato, aí foi.

[P.B.] — Estou me adiantando no tempo, mas aí houve uma coisa interessante, porque eu tinha por hábito o seguinte, eu não disse uma palavra durante toda a campanha em relação aos meus concorrentes, nem na primeira, nem na segunda vez<sup>5</sup>. Especialmente a segunda, que foi Nestor Jost. De vez em quando, ele dava entrevista... e eu nada, nada. A única coisa, e isso foi bem no fim, o Pedro Simon ofereceu um almoço para os jornalistas políticos. E o Nestor disse, página inteira do *Globo*, disse o seguinte, que ia ganhar a eleição por cem mil votos. E nesse almoço, um dos jornalistas que estava lá, *Correio do Povo*, Salomão Kirjner, perguntou o que eu achava, se eu ia ganhar ou não, eu disse a ele: “Olha, Salomão, eu não posso dizer que vou ganhar, porque seria uma temeridade dizer; agora, eu vou te dizer uma coisa, eu estou achando muito bem, foi uma mudança muito grande”. O Nestor era um bom candidato, tudo o mais, tinha sido presidente do Banco do Brasil; Banco do Brasil era mais importante que o ministério da Fazenda naquele tempo. “Agora, só tem uma coisa que eu acho interessante, é que o Nestor deu uma entrevista para o *Correio do Povo*, para o teu jornal, disse que vai ganhar por cem mil votos. Mas quando ele chegou aqui, porque ele tinha residência no Rio, ele disse que ia ganhar o Senado por

4 O entrevistado se refere à eleição ao Senado, em 1970.

5 Em 1970 e em 1974.

cem mil votos. Eu fiquei impressionado, que em seis meses de campanha, ele não conseguiu *nenhum* voto a mais, ficou no cem mil!” Ele riu etc. e tal. Mais tarde, num debate que houve, repeti a mesma coisa... foi a única vez em que eu me permiti. Mas aí foi uma... Todo mundo teve que rir, foi uma coisa... Mas assim: “não ganhou *nenhum* voto...” [riso] e foi uma coisa impressionante. Isso foi no dia 5 de novembro, estava indo, quando recebi uma carta, uma carta do Érico Veríssimo. Ele escreveu uma *beleza de carta*, uma beleza de carta, onde dizia que ele e as pessoas daquela casa iam votar em mim por isto, isto, isto. Eu recebi essa carta, li, li para ver que tempo durava, durante cinco ou seis minutos. Eu li aquela carta *bem*, bem lida, pedi para minha filha para bater, para datilografar, marquei os lugares onde deveria fazer uma pausa apropriada, tinta vermelha, não é? E pedi para colocar naquela... que bota a música, o músico fica vendo na altura dos seus olhos, aquela lá, não sei o nome daquilo, e eu pedi para botar naquilo. Quando começar a ler eu saio e fica só a carta com a letra do Érico, original. Mas li aquela que minha filha tinha feito e fiz uma partilha, então foi o leite no mel. E a repercussão foi... Tanto que depois da eleição, eu fui, o maior surpreso fui eu. Vinham me dizendo: “Olha... na aula... eram 33, foram 32”, outro: “foi uma unanimidade...”, não acreditava, não é possível, não é possível. E depois eu vi que era possível, e que tinha havido aquilo. Depois na *Folha da Tarde* saiu: “Também com letra de Érico Veríssimo e música de Chico Buarque, assim qualquer um ganha!” [risos] Porque o Chico Buarque mandou um recado: “Brossard, estou contigo. Chico Buarque”. Isso no encerramento também. Bom, voltando então [à política], eu desde estudante, então. Ainda estudante, fui candidato. Fui candidato porque fui escolhido. Evidentemente, fiz uma campanha assim... não votei em mim, votei no Dr. Pilla. Não, Dr. Pilla, não, porque não foi a federal, foi a estadual; votei num que eu achava que era...

[A.M.] — *Em que ano foi a sua primeira candidatura?*



[P.B] — Foi em 47, na eleição de janeiro de 47, quando foram eleitos os governadores e os deputados estaduais. Depois na outra eleição foi repetido, a mesma coisa. Era uma homenagem etc. e tal. E na terceira vez é que eu fui eleito, mas fui eleito não que eu tivesse eleitorado próprio etc., eu fui eleito porque o partido quis me eleger. Tive apoio. Em Bagé, era natural que... lá havia três pessoas que podiam ser deputados, nenhuma dessas. “Não, tem que ser o Paulo, Paulo...” Em Cachoeira, o Dr. Orlando [Carlos], que era pessoa, grande figura, já tinha sido candidato, resolveu me apoiar. De modo que não fui o único, é evidente, mas me lembro que foi uma votação significativa, que ajudou. Lá em Pelotas também, um velho correligionário também me apoiou, entre outros; tive uma votação razoável. Em Bagé, a votação foi a maior votação... E outras pingadinhos, tal. Não foi nessa eleição, foi em outra, que eu tive em Rodeio Bonito, parece que é, um município lá no alto do norte do estado, perto de Iraí, sabe lá, conhece? Tive *um* voto, um voto. Eu disse: “Esse eu gostaria de conhecer”. *Esse herói, esse patriota!* [risos] Um voto! Esse votou porque quis votar, não foi por influência de ninguém. Se fossem dois, eu diria que um foi a cabresto que levou; não foi, só um. Bom, aí, sim, quando eu fui eleito, então eu passei a ser mais deputado. Não foi de chofre, não; mais deputado, no tempo, do que advogado. Não deixei a advocacia nunca, nunca. Porque disse: “No dia em que eu deixar de ser advogado, eu perderei a minha independência, e não serei um bom deputado”. Deputado precisa ser, ter independência. Eu disse uma vez, numa coisa muito desagradável, um aumento de subsídios, evidentemente inconstitucional. Era muito baixo? [O subsídio de deputado] era muito baixo, era muito baixo. Foi um erro quando foi fixado na legislatura anterior, mas fizeram, paciência. Tanto que depois quando eu deixei a Assembleia, depois de três legislaturas, eu apresentei um projeto elevando, aí dizendo: “Agora, eu posso fazer isso, e faço por isso, isso, isso. E peço para que não se repita aquela coisa, aquela página que não ficou honrosa para a

Assembleia”. “Ah, porque ele ganha mais na advocacia e tal...” “É verdade, ganho. Pretendo advogar até o fim. *E no dia que não puder advogar*, deixarei de ser deputado, ainda tem mais isso. Agora, enquanto... Hei de advogar, para ser um bom deputado, para ser um melhor deputado, para ter independência.” Porque não posso, como *tanta gente* [que] eu tenho visto, *tanta gente* que depois de eleito fica numa situação... especialmente quando são reeleitos, são oito anos fora da sua casa etc. e tal, esses aí eu... Sujeitos que têm um fim melancólico, porque perderam a clientela, já são pessoas de mais idade e tudo o mais, é mais difícil recomeçar. Quando se trata de município distante, de fora de Porto Alegre, aquela clientela que era deles foi naturalmente, passou a ser servida e servir-se de outra pessoa, de outro profissional. Mais de todos é o médico. O médico então, a relação [do] médico é muito grande. Eu vi tanta coisa nesse sentido. *E lendo* o que houve com a República, o que houve com 1930, o que houve com 1937, ah... Gente de grande valor, grande valor, ficou desempregada. Eu digo: “Eu não quero isso”..

[F.F.] — *E o senhor ganhava mais na advocacia do que na Assembleia?*

[P.B.] — Ah, sim. Porque na Assembleia sempre fui muito... Na Assembleia do Rio Grande, especialmente.

[F.F.] — *E na docência? Na docência, suas atividades docentes?*

[P.B.] — Sim, tinha relações com diversos homens públicos. Agora, vamos chegar lá. Nesse aumento de vencimentos, eu e mais alguns da bancada e mais um que não era da bancada, que era socialista e se incorporou, e depois terminou sendo eleito uma vez, na última vez que eu fui eleito, ele foi eleito pelo Partido Libertador; nós devolvemos o excesso. Eu nunca fiz alarde disso, mas depois, eu tenho comprovantes, mensalmente eu devolvi o excesso, aquele que eu tinha dito que não era legal, coisa e tal. Tenho todas as devoluções, tenho arquivado numa pasta só. Depois, aí na legislatura seguinte, claro, era outra

coisa, aí terminou... mas naquela, não. Isso foi explorado, tudo o mais, eu dizia [que] era realmente muito baixo. E, na advocacia, eu já estava no tempo com uma clientela e com uma banca razoavelmente desenvolvida, e isso para mim... Eu me formei em 47, fui eleito em 54, sete anos. Eu estava tranquilo, numa situação. Até fui prejudicado porque eu, como deputado, não podia advogar contra a União, estado e município. E as minhas causas mais importantes envolviam direito fiscal, direito tributário, que ou era União, ou era estado, ou era município, de modo que... E é isso que eu digo. Mas não me queixo, porque em compensação me deu um outro realce.

[F.F.] — *E como o senhor fez com as causas em que o senhor patrocinava? Como que o senhor fez com essas causas tributárias?*

[P.B.] — Deixei de aceitar, deixei de patrocinar.

[I.N.] — *Substabeleceu?*

[P.B.] — Substabeleci. [silêncio].

**Docência; Início como assistente sem remuneração; Realização de concurso para a cátedra - Direito Constitucional; Convite para lecionar Direito Civil (PUC); Suspensão da atividade do magistério; Recurso - Mandado de segurança para garantia do direito de lecionar - denegado; Nova abertura de concurso em 1986/1987, sem aceite por já estar convidado ao STF**

---

[P.B.] — Docência? [riso] Eu sempre gostei, o que eu gostava mesmo... Eu digo: “Olha, eu gosto de quatro coisas”. Eu gosto de advogar e *gosto*, e quando estou advogando estou contente, feliz; gosto de lecionar, gosto, no momento da aula é um momento agradável, gosto; gosto de atividade rural, lá no campo, gosto, quando estou lá, estou fazendo o que eu gosto; parece que eram quatro... Da atividade política, eu não dizia, mas eu gosto. Eu

exerci porque achava que era uma obrigação cívica, obrigação; faço parte de uma sociedade, querendo ou não querendo. Capistrano estava lá contra a vontade dele. Tanto que uma vez quiseram que ele fosse para a Academia, que seria aclamado, Academia Brasileira de Letras, e ele disse: “Não vou. Já faço parte de uma sociedade contra a minha vontade, não vou para outra”. Mas então vamos lá, eu sempre gostei. Eu comecei como assistente gratuito lá da faculdade, convidado pelo professor Darci Azambuja, que foi meu professor no primeiro e segundo ano, Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional, como assistente, nessas condições. E assim fui até mais adiante tal. Era gratuito, gratuito. Depois foram criadas lá na faculdade um certo número de assistências, que inicialmente não eram, mas logo depois passaram a ser com retribuição, muito módica, mas era. E aí, por causa de eu ser deputado, eu não fui aproveitado nisso, mas continuei participando como assistente. Depois quando vagou, vagou a cátedra... [silêncio]. Primeiro, houve o seguinte, foi aí já no começo do segundo governo Vargas e aí então fizeram uma... aí também foi afastado Darci Azambuja, que era professor catedrático desde 33, para nomear um que não tinha feito concurso etc. e tal. Bom, aí eu não tinha tempo, eram cinco anos de formado, eu não tinha condições. Mas alguns anos depois, ele morreu e então vagou a cadeira. E aí é que eu me inscrevi para prestar concurso. Já então pelo regimento da faculdade, ou pelo menos pela tradição, o candidato que inscrito em concurso era contratado. E eu me inscrevi na metade do ano e já estava alguém contratado, transitoriamente, que continuou até o fim do ano. No ano seguinte, então, eu fui escolhido pelo conselho técnico da faculdade etc. e tal. Mas o contrato era feito na Reitoria e, por essa ou aquela razão, eu não fui contratado no ano seguinte. Depois veio em 68 o fechamento do Congresso. Aí eu procurei o então diretor, que era o Dr. Rui Cirne Lima, e disse a ele: “Olha, doutor, eu nunca fui chamado ao magistério por causa da remuneração, realmente é uma remuneração mais

simbólica do que realmente uma remuneração. Mas em todo caso, eu acho que eu... e nem fica bem, já faz agora tantos anos aí... e o que eu quero, o que eu pretendo com isso? Porque pensa: quem faz isso, pensa que eu devo querer algum fim, algum objetivo, alguma finalidade ilícita, e acho que não fica bem. Eu vou lhe pedir que dê uma solução”. “Não, fale lá com Zé Diogo”, que era o secretário-geral da universidade, que era um general, mas muito, muito inteligente, muito sabido, realmente muito inteligente, excepcionalmente inteligente, e fui lá conversar com ele. E o Zé Diogo: “Não, olha aqui, Brossard, tudo bem, você tem toda razão, mas acontece que a Constituição proíbe contratos etc.”. Eu disse: “Mas general, o senhor sabe mais Direito Constitucional do que 99,9% dos bacharéis e o senhor sabe disso, não estou lhe fazendo nenhum elogio assim infundado. A Constituição não diz também que o deputado, senador, desde a diplomação até o fim do mandato, está impedido de exercer cargo... desde que, ou melhor, *salvo* contrato que obedeça a cláusulas uniformes? Se eu for contratado eu vou ganhar mais, ou menos, do que o professor meu vizinho? Dos professores concursados ou não concursados que lá estão lecionando? Ou vou ganhar menos? Ou vou ganhar rigorosamente menos? Porque se não fosse assim, eu não podia ter telefone em casa, não é, porque o telefone é um serviço público, aqui é uma entidade pública, mas tem cláusulas uniformes, não é? Não podia ter luz em casa, nem água, são serviços públicos. Agora, parece que as tabelas e tarifas são uniformes”. “É mesmo e tal.” De modo que era só essa objeção, então a objeção se evanesceu.

Passou mais de um ano e nada. E *aí então*, isso foi no começo do ano, todo ano e nada, e começou aquele papel a circular daqui para lá, quer dizer, aquele processo, e da última vez eu escrevi de próprio punho dizendo algumas coisas sobre isso, que já era tempo, que a alegação aquela... por isso, isso. Fazia quatro anos, seria o quinto ano que eu aprovava, reprovava, lecionava, tudo o mais... e nada. Aí eu tinha reprovado alguns estudantes que

tinham exame de segunda chamada, aquele que é fevereiro. Eu estava lá em Bagé, era o tempo de férias, vim para cá para no dia e soube que o Salgado Martins, que era então [diretor da Faculdade de Direito], tinha me procurado. Imaginei que ele tivesse me procurado para saber se eu estava em Porto Alegre por causa dos exames etc., imaginei que fosse isso. Procurei o Salgado em todos os lugares possíveis e não houve jeito de falar com ele. No outro dia, na hora em que eu estava entrando na faculdade, uns quinze minutos antes da hora do exame, vi que o pessoal estava saindo, aqueles que deviam fazer exame. “Não, estão pensando que eu não estou aqui...” “Não, é que foi suspensa.” “Mas como? Não.” Pensei: decerto o Salgado imaginou que eu não fosse, que eu estava lá na campanha<sup>6</sup>, tudo o mais... “Não, vamos lá.” Todos que saíram, voltaram. Falando com o Salgado, o Salgado todo sem jeito, tal, assim. O Salgado tinha sido meu padrinho de casamento e, portanto, meu amigo. Tinha sido meu professor, sempre excelente professor. Quando cheguei: “Olha, Paulo, infelizmente, tal, uma notícia desagradável...”. “Dr. Salgado, professor, eu só recebo notícia desagradável. Assim, qual é dessa vez?” Me mostrou um ofício do reitor determinando... de quatro páginas, que dizia, que determinava que fosse suspensa a atividade de magistério, que, *segundo consta*, vem exercendo etc. e tal. Ia para cinco anos que eu, à noite e pela manhã, sem um assistente, lecionava num curso publicamente; mais do que isso, por *indicação* da direção da Faculdade, do conselho técnico administrativo da faculdade.

[I.N.] — *Qual era a disciplina que o senhor lecionava?*

[P.B.] — Constitucional, e a tese de concurso era sobre o impeachment.

[I.N.] — *E o senhor lecionou também na PUC ou só na UFRGS?*

[P.B.] — Antes da UFRGS, eu lecionei na PUC. Aí a convite

6 Na fazenda, em Bagé.

do desembargador Baltazar, que era o diretor. Mas comecei lecionando Civil. Naquele tempo, os desembargadores andavam de bonde e os advogados também. Nós estávamos num bonde ali na Independência, pegamos lá não me lembro, eu desci na esquina seguinte que era na Barros Cassal onde eu morava e ele lá no fim da Independência. No elevador, nós estávamos de pé porque estava cheio, era hora do fim de... da tarde, bonde cheio, e ele então sempre muito cerimonioso: “Doutor Brossard, o senhor não quer lecionar Direito Civil lá na...” Eu digo: “Que é isso, desembargador?”. Levei um choque, tal. Aí chegou na minha esquina, eu me despedi. Cheguei em casa, “Mas o que é isso, Direito Civil!”. Ele já me disse que era direito das coisas, porque o desembargador Caminha ia se afastar então. Eu desci ali... cheguei em casa, fiquei pensando, pelo menos devo ser um pouco mais polido com quem me fez esse convite. Telefonei para ele, perguntei se podia me receber e fui de noite. “Olhe, eu não estou em condições...” Ele: “Não, eu conheço seus trabalhos, o senhor é um advogado conceituado. Enfim, pense nisso porque é uma oportunidade...”. “Não, para mim é distinção honrosíssima”. E dali então resolvi... Isso já era na segunda metade do ano. Lecionei três meses do segundo semestre. Então lecionei Direito Civil vários anos. Mais tarde, quando vagou a cadeira de Direito Constitucional, que era dada pelo Dr. Camilo Martins Costa, então eu passei a lecionar também o Direito Constitucional de dia. De noite, foi um outro, que aliás era genro do Dr. Camilo, Dr. Freitas Beck. De modo que... Comecei com essa tese que eram cem, cento e uma, cento e cinco páginas impressas, essa aí é a terceira edição que saiu, por quê? Porque depois vem o caso Collor e eu estou onde? Estou no Supremo Tribunal, por essas coisas que os fatos não explicam. E fui, e o livro passou a ser reeditado, segunda edição, depois veio a terceira edição e lá no tribunal cidadíssimo, tudo o mais etc. Só que... me adiantei mesmo... o termo é solitário, todas as teses eu fiquei sempre votando sozinho, mas isso vamos parar porque depois, quando

chegar na vez do Supremo.

[F.F.] — *Chegaremos lá.*

[P.B.] — Bom, eu acho que em matéria de docência eu tenho impressão que disse o que podia dizer.

[F.F.] — Ministro, ele vai trocar a fita um minutinho.  
[interrupção na gravação]

[P.B.] — Mas assim foi. E tentei um mandado de segurança, perdi aqui e perdi lá. Houve um recurso lá, mas não cabia porque eram vários os fundamentos e o sério mesmo era um dos fundamentos, de modo que...

[F.F.] — O senhor diz para permanecer na docência?

[P.B.] — Para permanecer. O interessante é que o juiz de primeira instância, eu tinha relações com ele muito antigas, um irmão dele era meu grande amigo, tinha sido colega de Assembleia, inclusive, e eu<sup>7</sup> pedi a ele que julgasse. Era o que eu pedia, que julgasse. Passou o ano e não julgou. O ano seguinte passou e ele não julgou; no terceiro ano, tal. E eu... aí deixei de pedir, não pedi mais. E então eu digo, o que é consciência; ele concedeu uma coisa que eu não tinha pedido, portanto ele correu mais do que era pedido. E mais do que isso, uma coisa também que era contrária à jurisprudência pacífica do STF, mas o que ele fez? Eu não tinha pedido o vencimento.

[F.F.] — *E ele te deu o vencimento.*

[P.B.] — O que eu pedi era que me fosse assegurado o magistério. Não falei em vencimento porque não tinha que falar, enquanto tal. E, quando fosse possível, podia receber, mas levantar mais um problema; simplesmente não pedi. Contra isso, concedeu o vencimento, como se fosse uma lambuja, né?, um pagamento assim...

<sup>7</sup> Da interrupção até este ponto não houve captação no vídeo, com registro apenas em áudio.



[F.F.] — “*Não reintegro, mas dou o vencimento.*”

[P.B.] — Em todo caso, é uma vantagem, tal. E qual foi a outra coisa? [silêncio] Agora faz tanto tempo que não me lembro mais; mas também deixei... Eu não recorri. Mas tem um outro aspecto... Essa dos vencimentos... mas tem um outro aspecto, também, essa dos vencimentos.

[F.F.] — *Foi o que transitou em julgado? Foi a não reintegração, com vencimentos por período trabalhado?*

[P.B.] — Não, não. Houve recurso. Eu não recorri dessa parte, não recorri. Eu não me lembro... eu acho que não, eu acho que não. Eu não quis dizer. Simplesmente eu recorri sem mais nada, até mantive o silêncio. Bom, mas o fato é o seguinte, isso passou, de modo que, quando mais tarde, ia me esquecendo de uma coisa, quando mais tarde, eu estava no Ministério da Justiça, vagou outra vez... Ah, porque uma pessoa não fez concurso, veio de Pelotas para cá, era juiz, foi promovido de instância, de Pelotas para cá, e ele com mais dois aí foram lá pedir para serem aproveitados na faculdade, então eles foram aproveitados. Nenhum deles tinha feito concurso, para Constitucional não tinha... O fato é que um deles foi nomeado, depois aposentado, não, depois ele morreu. Sem concurso, ficou até a morte. E aí abriu, e aí eu pensei... não, aí eu me inscrevi, com essa tese. Não, perdão, inscrito eu estava, e a tese eu já tinha apresentado, eu apresentei a tese em 54, em junho de 54<sup>8</sup>. Isso já foi bem mais tarde.

[F.F.] — *Então o senhor se doutorou em Direito? Tese que o senhor diz de doutorado, de doutoramento?*

[P.B.] — Não, foi para concurso. Doutoramento era... o concurso, o concurso para... para cátedra valia como doutorado. Passava a

8 A tese foi apresentada na Faculdade de Direito em março de 1964. Pouco depois, os concursos para cátedra foram suspensos no Brasil. Na década de 1980, Paulo Brossard pediu aproveitamento daquela inscrição homologada, do concurso suspenso, para valer em concurso de professor titular.

doutor etc. Por nada. Mas não foi em 54, foi depois, foi depois quando eu estava no Ministério, é no Ministério. Eu me inscrevi.

Eu me inscrevi e depois, depois de anos, três ou quatro anos, se aproximava... E eu, aí, aí, aí, e aqui... Eu estava pensando em fazer, mas naquela altura eu já estava convidado para o Supremo, que eu não tinha dito *para ninguém* e não devia dizer naquele momento porque é dessas coisas que não se dizem, não é, ou não se diziam. Eu digo: “Vamos admitir fazer o concurso agora”. Em primeiro lugar, se eu tiro o primeiro lugar, vão dizer assim: “Também, ministro da Justiça...” ou, se eu não tiro primeiro lugar: “Nem sendo ministro da Justiça...”. Mas isso aí pouco me importava. Vinha depois o mais importante, é que sendo nomeado para o Supremo, eu teria, de vida [útil], eram cinco anos e meio. Quando eu completasse 70 anos, eu automaticamente estava afastado, estava aposentado ainda que sem decreto, sem Diário Oficial. Então fazer um enorme de um esforço, correndo esses riscos... para quê? Para ficar lá tantos meses? Porque nos últimos anos eu ficava na dependência, aquela história: com 65 anos era aposentadoria normal, né?, com aquela prorrogação até os 70, havendo interesse de parte a parte. Eu digo: “Olha, eu fiz o que eu tinha que fazer. Acho que fazer mais esse esforço agora não vale a pena, realmente não vale a pena. Eu gostaria de ter sido professor catedrático nos termos do concurso, histórico, do concurso que foi praticado até então, até agora, títulos, prova, tese escrita, original. Para quê? Para ficar dois anos? E simplesmente... não disse nada lá, não, já tinha morrido.

[A.M.] — *Em que ano foi isso, ministro?*

[P.B.] — Eu estava no Ministério da Justiça, de modo que... A inscrição ou o concurso?

[A.M.] — *O concurso.*

[P.B.] — O concurso foi entre, entre 84, 5, 6, 7... entre 86 e 88. Em

88 não foi, posso dizer que foi em 86 ou 87. De modo que...

## **Impeachment; O caso Collor**

---

[P.B.] — Agora, depois disso, eu fui nomeado para o Supremo Tribunal e houve, pela primeira... Contrariando as minhas conclusões, que estão no último capítulo [do livro *O Impeachment*], o assunto... Em primeiro lugar, teve recurso; em segundo lugar, houve a condenação; e, em terceiro lugar, a questão foi levada ao conhecimento do Supremo Tribunal, e, contra o meu voto, o Supremo Tribunal conheceu e julgou no mérito, coisa que eu digo assim: isso não é, não entra na competência do Supremo Tribunal, ou melhor, do Poder Judiciário. E por quê? Porque a questão é *interna corporis*? Não, não é por isso. É porque é questão política? Não, não, não é por isso. O juízo é político, mas não é questão política no sentido [que o] vocabulário jurídico dá, empresta a esta expressão. Mas então o que é? É porque, em primeiro lugar, a Constituição, a Constituição diz que o processo e o julgamento do presidente da República depende, antigamente era da acusação da Câmara; agora, é da... Pela Constituição, a autorização do processo compete à Câmara e o julgamento, agora era o processo e julgamento, ao Senado. E, agora, é o processo; não, o processo era da Câmara, era de dentro, da preparação. Agora, o processo e o julgamento passam para o Senado. A Constituição é expressa a esse respeito. Abre uma exceção ao monopólio do Poder Judiciário. Isso tem passado assim, mas o Seabra Fagundes, Seabra Fagundes, que era um bom jurista, bom, ele, no livro clássico que ele escreveu sobre o controle jurisdicional dos atos jurídicos da autoridade pública, ele diz lá, faz exceção: “Por expressa disposição constitucional... Fica excluído da competência do Poder Judiciário a acusação e a defesa...”. Quer dizer, o processo completo e o julgamento, do presidente da República, dos ministros de Estado, quando acusados, é por esse motivo. E, em segundo lugar, tem um outro:

é que o julgamento, impeachment, agora se diz crime político, crime de responsabilidade, crime... não é crime, é um erro técnico que vem de uma confusão estabelecida no começo do Império, lá, e que foi consagrado. E depois é eufônico, crime de responsabilidade, crime de responsabilidade, todo mundo diz e repete, e hoje existe crime de responsabilidade para meia dúzia, meia dúzia não, uma dúzia e meia de pessoas e atividade ou mais, quando não tem absolutamente nada com a natureza. Mas chama crime de responsabilidade. Rui Barbosa chamou de crime de “tigre de palha”, ameaça, mas não vale nada. E tem pessoas autorizadíssimas que dizem que é crime, é da competência do tribunal e lá no Supremo... era o *interna corporis*. Não, não é *interna corporis*, por isso, isso, tal. Segundo lugar, não é crime, [e sim] questão política. Questão política são aqueles atos discricionários, são atos que ficam ao prudente, à discricção, ao prudente arbítrio – arbítrio dá margem, como se costuma dizer, a arbitrário –, se diz discricionário, como tecnicamente mais correto. Sai porque a Constituição exclui. E, *além disto, e além disto*, a sanção não é de caráter criminal, *tanto assim que, tanto assim que*, se, além do chamado crime de responsabilidade coexistir um crime do Código Penal, ele pode ser processado perante o juízo criminal e, mais do que isto, ele pode ser absolvido no juízo político e ser condenado no juízo criminal e vice-versa. Ele pode ser condenado no juízo político e ser absolvido no juízo criminal. Que foi o que aconteceu no último caso. Ele foi condenado, o Collor foi condenado pelo Senado, uma votação altamente significativa, para surpresa minha, mas depois no curso eu vi que as coisas caminhavam para isto mesmo; e foi absolvido – aí eu já não estava mais no Supremo. Foi absolvido, pela justiça comum, inclusive, inclusive pelo Supremo, porque era quem julgava.

[F.F.] — Essa votação, como foi?

[P.B.] — Hem?

[F.F.] — *Essa votação que absolveu criminalmente o Collor.*

[P.B.] — Isso eu não me lembro. Isso não sei lhe dizer.

[F.F.] — *O senhor votou?*

[P.B.] — Não, eu já não estava no tribunal. Eu participei da primeira fase. Eu participei do julgamento do Supremo; votei inclusive porque eu sustentava que não era da competência do Supremo. Depois de vencido, aí então eu entrava no mérito; vencido, voto quanto ao mérito, voto. E votei pela condenação.

### **Lembranças do tempo de docente; Pretensão de escrever um livro sobre Direito Constitucional; Publicações sobre impeachment nos EUA**

[A.M. ] — Ministro, o senhor tem uma longa trajetória parlamentar que passa por diversos marcos políticos na história do país, da destituição do presidente João Goulart, todo o período do regime militar. E, durante o processo de redemocratização, o senhor é nomeado pelo presidente Sarney como Consultor Geral da República. O senhor poderia nos contar como foi esse processo? [interrupção na gravação]

[P.B.] — Deixa eu ver se me lembro de alguma coisa assim especial. Ah, até ontem eu tive uma renovação de um testemunho, no meio da viagem. Eu queria dizer que eu sempre gostei do magistério; *realmente*, era um prazer para mim. E sempre tive um trato muito bom com os estudantes. Embora fosse considerado um pouco severo, duro na nota, tal. Acho que não. Interessante, uma vez, tanto assim que houve, eu acho que só uma vez houve um pedido de revisão de nota, uma vez. Eu prontamente recebi pelo diretor, encaminhado para mim, eu li a prova e disse: “Mas que coisa, o que é isso?”. Eu fui injusto mesmo, porque essa questão está certa, a outra não. Eu tinha o hábito de fazer três questões, até para facilitar. As três questões que a pessoa que soubesse respondia em três linhas. E quem não

soubesse não resolvia. Mas sempre procurei questões para quem soubesse, sem precisar encher páginas e páginas, cansar. Então essa aqui está certa; essa não é que esteja *errada*, errada, mas está incompleta; merece a nota que teve, mas não é total, não, esta aqui. Então o recorrente tem razão, foi erro meu. Eu digo: “Como eu fui fazer isso?”. Talvez porque eu sempre dizia de todo o magistério, a única coisa que eu não gostava era de corrigir prova. E duvido que alguém goste, não é, *porque é chato*, porque é uma coisa horrorosa, e cansa, e cansa, e é igual. E a gente tem que ver... É possível que eu já estivesse cansado, entrado na noite e estivesse... porque quando eu li depois a prova, “Como é que eu fui fazer isso?”, me perguntei para mim. “Como eu fui fazer isso? Errado estou eu.” Então foi isso. A única vez. Tratei de corrigir e deixando o crédito... “o erro foi meu”, para não haver dúvida. No Supremo, bom, depois me chama a atenção, vou deixar isso para depois do Supremo, me chama a atenção porque lá no Supremo eu reformei a minha orientação em relação a um caso lá. E vou dizer porquê, depois. Mas o... então sempre me dei muito bem, com exceção de um caso. Era uma moça, uma moça bonita, bem-vestida, que sistematicamente chegava tarde. Estava no meio da aula e então ela entrava. Entrava na aula, era muito atenciosa, muito gentil, começa a cumprimentar os colegas etc. e tal. Uma vez, duas vezes, três vezes. Ah, daí a pouco me pediu um cigarro, um cigarro. Daqui a pouco, pediu fogo para outro também. Conversava e ria. E eu tinha o hábito de, se alguém conversava, eu paro a aula; e parava, deve ser importante o que ele está dizendo, assim, pode ser até relativo até a própria aula que está sendo dada, não é? E assim eu tinha o hábito. Geralmente era logo encerrado. Bom, fiz isso uma vez, duas vezes, três vezes, e ela... desagradável, desagradável. Fiz uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes, não sei quantas vezes, até que tudo a mesma coisa. Aí eu só disse o seguinte: “Rua.” Sem preâmbulo, nada, “rua”. No outro dia, se repetiu a mesma coisa. Aí eu não esperei tanto, não é? No segundo, “rua”. Depois ela deixou de ir, parece que deixou

de ir à aula. Foi a única coisa; até não sei que fim levou essa moça. Mas ela ia lá para namorar... Namorar é bom em todo caso... Cada coisa no seu momento próprio. A única coisa. E sempre, sempre me dei muito bem, muito bem mesmo. O pessoal fala, foi duro, severo, tal. Não, repare que não foi tanto assim, não.

[F.F.] — Ministro, me permite mudar um pouco de assunto. O senhor já tinha relações em Porto Alegre, uma vida bastante estabelecida. Como é que foi ir para Brasília?

[P.B.] — Forçado.

[F.F.] — *E como foi?*

[P.B.] — [pequena pausa] Eu tinha omitido isso e acho importante. Ah, desculpe, mas ontem, em Bagé, duas senhoras vieram falar comigo. Uma mais moça do que eu, mas de cabelos brancos etc., tal e coisa, depois me deu um beijo de despedida, tal e coisa, mas essa não tinha sido minha aluna. A outra foi até na parada que tem ali no meio, na metade do caminho, no Papagaio, tem um posto lá, conhece? [dirigindo-se a um dos entrevistadores] Aí, conhece. Ali, naquele lugar. Eu tinha conversado com uma pessoa que veio falar comigo, me elogiar sobre umas coisas aí, e depois veio uma outra moça. [Digo] moça, mas suponho que é senhora, chegou e me disse: “Desculpe interromper, mas eu fui sua aluna em Direito Constitucional, na PUC. Me lembro muito do senhor...”. Muito amáveis etc. Ainda ontem, assim de pessoas vêm me dizer... isso foi... há 40 anos.

[A.M.] — *Muito bom, não é?*

[P.B.] — É, altamente, muito... Assim sempre. De modo que eu tenho razões, inclusive, para dizer que não posso esquecer. Tanto foi a coisa que eu mais senti, mais senti foi não ter sido professor de verdade, quer dizer, professor com um título, como dono da cadeira, porque aí eu pretendia... também já tinha escolhido dois assistentes, os dois hoje já falecidos. Dois *excelentes* alunos, *excelentes*, e que eu também estimulava, tudo o mais.

Nunca falei a eles, naturalmente, não, era cedo, mas até isso eu já estava planejado com isso. Pretendia até fazer alguma coisa que nunca foi feito. Pretendia escrever *um* livro sobre Direito Constitucional, diferente desses... didático, visando o estudante, mas não feito até agora; seria um livro que partia de um artigo e depois caminhava pela Constituição, até o fim, toda vez que houvesse pertinência com aquele artigo inicial. Por exemplo, a palavra paz, tinha no artigo da Constituição de 46, paz etc. Está no artigo 4º. Então para mostrar, digamos assim, a unidade da Constituição, não é? E o outro livro, aí não era meu, mas era um livro de... aí os assistentes podiam ajudar aí bastante. Era, vamos dizer assim, uma seleção da jurisprudência constitucional, que foi feita no começo da República, com a jurisprudência escassa que existia então. Mas depois, em 37, fez assim um muito fraco, tal. As tentativas foram muito incompletas e muito defectivas. Eu achava que devia fazer um artigo como texto para acompanhar; como nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos é mais usado o livro de jurisprudência constitucional do que o livro de doutrina constitucional. Houve um período aí que caiu muito. Sobre impeachment, por exemplo, eu chamo atenção, porque nos Estados Unidos o autor que escreveu de forma mais ampla, de forma mais abundante foi o Pomeroy, escreveu contemporâneo com o processo de impeachment do presidente Johnson. Não do nosso aqui, mas do Johnson que era o vice do Lincoln e que assumiu na vaga do Lincoln em razão do assassinio. Esse, o Pomeroy escreve, é um... Rui Barbosa diz que é quem faz a melhor definição. Depois dele só dois que escreveram, ambos escreveram, publicaram seus livros, que *são bons livros* em 1910. Um é do Watson e o outro é do Ilobe, os dois são dois volumes. O Ilobe depois escreveu o mesmo livro em três volumes, um pouco enriquecido etc. e tal. Só que os da primeira edição são grossos, e esse do Ilobe são três volumes mais finos, mas fundamentalmente a mesma coisa. E depois o Berger publicou um livro, já quando estava cheirando, aparecendo a fumaça que



ia tocar no presidente. E ele, a impressão que eu tenho é que foi um livro por encomenda, porque a literatura ficou muito pobre. Os livros, os livros... alguns, exceção desses que eu mencionei, o Black, por exemplo, é bom, o livro é muito bom e ele dedica ao impeachment, creio que duas páginas. E outros escritos nesse interregno, página e meia, e os mais recentes ainda, meia página, repete o que diz a Constituição. Então caiu em desuso e caiu no esquecimento. E então, lá também. Por exemplo, o Berger sustenta nesse livro que eu tenho, eu tenho três edições, para ver se ele tinha mudado alguma coisa, mas ele não mudou e depois ficou um vazio. E como, nos Estados Unidos, prevalece aquilo que eu sustento aqui, que competindo ao Senado, não compete à Suprema Corte; a Suprema Corte, houve tentativas várias e nunca tinha conhecido. Tanto que eu só conheci um caso em que houve a tentativa, isso foi em 1936. Chegou até lá, mas o tribunal não conheceu, não disse uma palavra, não conheceu, não disse o porquê. Mas parece que o anjo da guarda tem me ajudado, às vezes. Aconteceu o seguinte, que um juiz... Lá os que têm sido condenados, a maioria deles é ou administrador ou juiz. E uma questão que aqui no Brasil não seria conhecida, mas lá o tribunal conheceu, conheceu e condenou, e *condenou*, o juiz que recorria. E supera esse problema. Para aí um pouquinho... Não, não, eu estou confundindo com outro... Perdão, perdão, não, ele conheceu, mas depois disse que era *injustiçável*, um neologismo, quer dizer, não era da competência da justiça, não podia ser objeto da justiça, mas para conhecer... Não sei por que resolveu enfrentar esse problema, mas ele diz isso lá. Eu ainda não verifiquei, mas isso deve ser ou contemporâneo do nosso julgamento aqui ou logo depois. Porque lá... Vou parar por aqui mesmo. Eu não conhecia; eu tenho impressão, eu tenho a impressão que essa decisão é posterior ao nosso julgamento aqui. Tenho impressão, mas quero tirar isso a limpo.

## **O caso Collor; Argumentos para seu posicionamento; Limites entre Judiciário, Executivo e Legislativo**

[F.F.] — O senhor me permite fazer uma pergunta sobre esse assunto que agora eu fiquei curioso. O senhor, então, um especialista no tema, imagino que um dos poucos no Brasil especialista, dominando como o senhor domina o tema do impeachment, autor de um livro sobre o impeachment, imagino que ninguém mais no Supremo tinha este tipo de credencial na hora de julgar o caso do impeachment. Qual o peso disso no seu poder de convencer seus colegas da sua tese?

[P.B.] — Bom, uma das alegações: a Constituição diz que a lei não pode excluir qualquer lesão de direito ou ameaça de direito... Essa interpretação importa... E eu dizia: “Como é que diz a Constituição? A lei não pode, a lei não pode”. Eu digo: a lei não pode e a lei não fez. A Constituição pode e a Constituição fez.” Só isso. Estou errado?

[F.F.] — *O que os seus colegas acharam?*

[P.B.] — “E coisa e tal, tal e isso, aquilo...” Engraçado que o... Me esqueci do nome. Eu me recordo até que houve um ministro que dizia “a moderna jurisprudência americana tem entendido, tal”... E eu então, ao votar, disse que se o tribunal resolvesse reformar a sua jurisprudência, que desde o começo do século até 37 tinha sido no sentido de afastar, porque não era da competência, não se tratava de crime no sentido técnico do Direito Penal, então *não era* da competência. O ministro Laudo de Camargo, grande juiz, depois presidente do Supremo Tribunal, em 37, tem um voto num caso de Mato Grosso que é um primor, Mato Grosso ou Goiás, eles ficam juntos ali. E o outro foi lá do Maranhão. Aquiles Lisboa era o governador que foi processado etc. e tal. Isso em 37. Mas os argumentos eram: “a Constituição”... Mas nesse voto que eu dei no fim, eu fiz um levantamento da literatura jurídica; então falei sobre os marcos, são do Pomeroy e depois de 1960, 1970, 71, parece que é a terceira edição desse livro, não é a

primeira seguramente, e depois daqueles dois lá de 1910, mas posteriormente tem. Tem um que escreveu lá por 1940, mais ou menos, que é o mais extenso... e coloca a questão bem colocada, mas sem dar maior importância. E os outros, eu cheguei a contar o número de páginas que alguns dedicavam, mostrando que a partir, foi minguando, minguando, minguando. De modo que, pelo desuso, como se dizia que tigre de palha, pela tentativa frustrada do impeachment contra o sucessor do Lincoln, tal, isso em plena Guerra Civil, estava sendo apagada naquele momento. Com tudo isto, pode imaginar como funcionava o Senado, tal, as correntes partidárias dentro do Senado, tudo o mais. Enfim, então para mostrar isso, que lá mesmo tinha havido um desuso, a literatura tinha se encarregado de fazer o resto, se esqueceu do instituto. Isso está lá. Acho que não está nesta... Numa edição, se sair nova, aí então eu posso fazer referência a esse julgado do Supremo. Porque lá eu disse, numa certa altura, que se o Supremo se quisesse reformar a sua mudança, como podia fazer. Podia fazer? Podia. Naquele tempo; agora, não é mais assim. A maioria daquele tempo decidiu assim; agora, a maioria decide assim. Muito bem, isso é humano. Agora, que faça isso *por sua autoridade*, e não sob alegação que é jurisprudência, tal. Não é, não. Por isto não, porque não houve esta mudança lá. Agora, sua pergunta é: por quê? Bom, eu francamente ouvi todos os votos, muito bons etc. e tal, mas muito assim: o artigo tal é pena, pena, pena, tal, é pena. É pena política? É pena política. Não diz que é pena criminal? Não diz que é pena criminal. E, por sinal, a Constituição, ponto. A Constituição atual eu acho que foi tão feio, precisa... A Constituição é uma, é a regra, é a que está em vigor. A Constituição atual, a Constituição de tal e tal data, não. Todo mundo sabe que foi promulgada. E a Constituição, ponto. Olha aqui: “da responsabilidade do presidente da República: admitir acusação... bom, são crimes de responsabilidade, são *crimes* de responsabilidade... os atos do presidente da República... atentem contra a Constituição, especialmente... Esses crimes serão

definidos em lei especial em que se estabelecerão as normas de processo e julgamento. Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados” – é difícil vencer isso – “será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns ou perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade”. A Constituição faz o discrimine, *nas infrações penais comuns*, e no mesmo artigo, no mesmo parágrafo, no mesmo artigo, aliás, lá é o Supremo porque se trata de crime, depois diz assim: *ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade*. Está dizendo a diferença dos dois, é do dia para a noite. E depois continua nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa crime pelo STF... se recebida... nos crimes de responsabilidade, após a instalação do processo pelo Supremo Tribunal, tal, se decorrido, tal, enquanto não sobrevier a sentença condenatória, *nas infrações comuns*, o presidente da República não está sujeito a prisão. O presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções. Isso foi introduzido lá na Constituição polaca; tinha isso aqui e foi repetido lá naquela emenda que saiu com o Ato Institucional 8, AI-8, o feroz aquele.

[A.M.] — *Emenda Constitucional, não lembro o nome, mas foi em 69, durante a Junta Militar.*

[P.B.] — Pois é, aquela que introduziu isto. Bom, aí está, a própria Constituição...

[F.F.] — *Então o senhor acha que a decisão final no caso Collor foi inconstitucional? Foi contrária, afronta a Constituição?*

[P.B.] — No meu modo de ver, sim, não precisava ser isso, bastava aquele artigo que diz: “cabera... acusação, processo e julgamento”. Acusação não, a autorização, por dois terços, e depois... O fato é que, no começo, na primeira votação, tive um colega, não fiquei [só]... Mas a partir, depois ele reconsiderou seu voto e eu fiquei voto solitário, todo... Não discuti com ninguém,

fui dizendo o que achava etc., porque etc., *data vênia*, tal e coisa, ponto, tal. Meu ponto de vista é esse, se estiver errado, o erro será vintenário, porque desde que foi... Publicaram trabalho... em 1964, 54 que isto está sustentado, não é de agora. Então é erro vintenário.

[F.F.] — *O senhor, de alguma maneira, se sentiu vinculado às teses que o senhor já tinha veiculado no seu livro?*

[P.B.] — Como é?

[F.F.] — *O senhor já havia publicado há muito tempo sobre o tema, em debate, um livro. Sobre o impeachment. De alguma maneira, o senhor se sentiu vinculado às teses que academicamente o senhor já tinha publicado?*

[P.B.] — Sim, sim. Mas abri uma exceção e disse porque que fazia. Quer que eu diga agora ou quando estiver falando do Supremo?

[F.F.] — *Já estamos falando do Supremo, ministro.*

[P.B.] — Já? Bueno.

[F.F.] — *Eu vou voltar um pouquinho e perguntar sobre a sua nomeação, mas pode dizer agora.*

[P.B.] — Mas olha aqui, então, eu vou dizer aqui... Eu sustentei no livro, citando os autores etc. e tal, que o presidente, uma vez condenado, ele não podia renunciar ao mandato, era irrenunciável. E eu disse o seguinte, disse: “Olha, no meu trabalho que está impresso, divulgado, público, eu sustentei isso, assim, assim, assim. Eu quero lhes dizer agora, neste julgamento, que não haverá necessidade de qualquer coisa nesse sentido”. Porque até então, não tinha acontecido. Ele renunciou depois. Tanto que ele renunciou, mas depois, depois de ter sido condenado. Ele esperou até a última hora. Parece que ele esperava ser absolvido. “Acontece que eu defendo *este* ponto de vista. E como juiz, e como no tribunal, eu devo considerar os efeitos de um julgamento meu. E eu fiquei pensando se eu tinha o direito,

de quando o assunto... Não há unanimidade a respeito, quando nomes ilustres entendem que é renunciável e entendem que não é renunciável, como eu sustentei, e sustentei até hoje. E, digo, se viesse a acontecer a situação essa, havendo, eu não hesitaria em corrigir e em votar contra o meu voto que eu tivesse sustentado, para evitar uma convulsão, uma convulsão no meu país, não hesitaria não. Porque aí, eu dizia assim: “Na dúvida, e a questão é duvidosa, não há unanimidade; os autores que pensam assim são da mesma categoria, do mesmo nível, do mesmo peso científico desses aqui. Eu não posso, por amor à minha coerência, tudo o mais etc. e tal, e à minha independência, manter um ponto de vista que me deixa perturbado, em virtude do resultado nacional, não é pessoal, não, é nacional; quero deixar consignado isso”. Na edição que sair, eu vou deixar isso bem repetido. Porque eu acho que eu fiz bem, sem nenhuma vantagem qualquer, porque ele já estava condenado. Depois a renúncia só seria válida em relação aos efeitos, ao impedimento, durante tantos anos etc.

[F.F.] — *E essa foi a única exceção?*

[P.B.] — A única. E foi criada pelos fatos, por uma situação... E, eu digo, mas será que eu teria direito, como juiz, numa situação que eu sabia... Como Dred Scott, apontado como a causa imediata da Guerra Civil? Quer dizer, esse negócio de ser...

[F.F.] — *Ministro, o senhor me permite voltar um pouco no tempo.*

[P.B.] — Vamos.

**Ida a Brasília; Experiências no Senado (1975-1982); Exercício do cargo na Consultoria Geral da República (1985-1986); Como Paulo Brossard conheceu Sarney; Ida à posse de Sarney na Academia Brasileira de Letras**

[F.F.] — *Estava preocupado, estava querendo saber sobre a sua ida a Brasília...*

[P.B.] — Ah, sim... Podia contar então com todos os pormenores, que não sei, nunca falei, assim. Agora, já posso. O presidente Sarney já falou assim, nisso assim. Eu estava lá fora, lá no Pirai, o Sarney me telefona uma vez, num domingo pela manhã. Ele era vice-presidente. E me telefonou: “Brossard etc., saudades suas, gostaria que tu me aparecesses aqui para conversarmos um pouco etc.”. Digo: “Não: palavra do presidente não é convite, do presidente é ordem, tal”. Então eu fui lá, ele estava na casa do vice-presidente nesse dia, ele diz assim: “Estou preocupado. Essas notícias que estão correndo não são exatas.” Eu digo: “O quê? Não, o senhor está dizendo...” “da reserva, tal”. “Aquela aparição do Tancredo?”... “Aquilo não corresponde à verdade”. Ele foi amparado para tirar aquele, para ser filmado ali, para dizer que estava muito bem, de chambre, tal, o Sarney me disse: “infelizmente, infelizmente, a situação é outra”. Bom, mais tarde então fui a Brasília, depois que... Me lembro que uma vez nos encontramos no José Aparecido, eu tinha ido lá e tinha até ficado oculto e, quando ele foi lá, era um jantar, uma coisa assim, e ainda me cobrou: “Mas quando é que vem?”. “Agora, estou resolvendo uns assuntos lá para ficar livre...” E então vim, e quando fui almoçar com ele lá no Jaburu, e nesta ocasião... Eu perguntei lá pelas tantas, afinal de contas, para que é? Mas qual é? O que eu vou fazer? Ele me disse: “Você vai para a Consultoria Geral da República”. “Mas como? E o doutor Bessoni, um homem ilustríssimo sob todos os pontos de vista?” “Não, o Bessoni já me procurou, já me pediu para voltar para Minas. Disse que ele tinha aceito do Tancredo que era amigo, tudo o mais etc. e tal, e até com o direito de não ficar todo o mandato, de modo que me pediu, e eu pedi a ele que me desse tempo para escolher. E ele prontamente me disse: ‘Fico tempo, não vou deixar vago o cargo’, mas ele já está demissionário, não é? De modo que apenas no momento em que tenha um substituto, eu comunico a ele, marca-se a data.” Eu disse: “Bom, se for assim, então...” É uma grande posição, uma bela posição, Bessoni é um homem altamente qualificado.

Depois na transmissão do cargo, que foi bem, bem, um pouco mais tarde, acho que um mês depois, eu aludi ao livro dele, aquele do contrato, *Teoria Geral do Contrato*. Eu disse a ele: “É um livro do qual eu desejava ser o autor”. Porque é um livro que dignifica o autor. Eu digo: “Tinha vontade de ter escrito esse livro”, isso na frente dele. Bom, mas ele [Sarney] não parou aí, ele continuou dizendo: “Você vai para a Consultoria, já fica aqui, e depois vai para o Ministério da Justiça. Mas o que eu quero mesmo é que, ao sair, quando eu deixar a Presidência, você esteja no Supremo Tribunal”. Como me disse na ocasião, os outros que ele pretendia nomear. Tanto assim que houve uma vaga, antes da minha, antes daquela que eu fui prover e ele me perguntou: “Você quer ir agora ou depois?”. E eu disse: “Não, eu sirvo o presidente”. E ele disse: “Você sabe que vai haver, esta vaga é a primeira, e a segunda, de modo que você escolhe”. E eu disse a ele: “Por que não nomeia o Célio Borja?”, que era um dos outros que ele pretendia nomear, que já está aqui trabalhando no Palácio, já está trabalhando aqui dentro? E eu fico então para outra”. Então ele nomeou o Célio primeiro e depois na vaga daquele pernambucano, Doutor Djaci Falcão, eu fui nomeado.

[F.F.] — *De onde vem?*

[...]

[F.F.] — *Como o senhor conheceu o Sarney?*

[P.B.] — No Senado. Nós fomos adversários. No primeiro discurso deu um aparte longo, tudo o mais<sup>9</sup>. Depois quando veio o pacote de abril, que depois veio aquele, aquele, aquele... monturo, que foi um ato, a emenda não sei o quê, não é?

[A.M.] — *Número 11.*

[P.B.] — Eu fiz... Eu fiquei *um mês* preparando um discurso; um mês. Houve uma viagem lá para o Caribe, eu fui, só que eu fiquei

9 Parte constante apenas em áudio, não em vídeo.



no hotel sempre trabalhando. E usei das expressões *mais duras* que, sem quebra dos estilos parlamentares, eu podia usar. Porque diante daquele *insulto* não é, à nação, eu digo: “Eu tenho que ir ao extremo limite, não posso me exceder porque então aí a gente perde muito.” Mas assim, eu às vezes parava, assim, imaginava como se eu tivesse num aparelho de precisão e com uma pedra: verificar a pureza do diamante, virava com uma pinça, tal, para ver por baixo como é que era, eu imaginava. Cheguei a esse ponto, de parar como se estivesse examinando com uma pinça e um microscópio. Aquele discurso foi o mais duro, que se quisessem cassar, tinham todos os motivos para cassar *naquele momento* ou então nunca mais. Quando eu fiz o primeiro discurso no Senado, naquelas duas horas e meia, num certo momento eu disse que se eu precisasse exibir uma prova concreta, material, visível sobre o acerto de tudo que eu tinha dito, eu poderia resumir com a seguinte declaração: “Como é sabido, especialmente para essa casa, eu fui eleito por oito anos”. Aí um silêncio. E olhei para um, para a mesa, olhei para a galeria e depois: “Por oito anos, eu fui eleito, como todos os senhores deputados<sup>10</sup> que aqui estão. No entanto, meu mandato pode durar oito anos. Ou oito meses”. Parei... “Ou oito semanas.” Fiz um espasmo, um espaço, uma interrupção: “Ou oito dias, ou oito horas. Me entenderam? Agora, enquanto eu *estiver aqui, enquanto eu estiver aqui*, não hei de pedir licença a *ninguém, a ninguém*, sobre o que a minha consciência diz o que eu devo dizer. Entendido?”. Como que diz: quer cassar, cassa agora. Não nasci senador. E, quando me perguntam por que eu sobrevivi; porque, realmente, cassaram fulano, beltrano, é porque realmente se quisessem cassar estava cassado. Naquela altura, o efeito já seria muito ruim, nesse momento muito ruim, podia cassar logo na posse, né? Ainda a guerra estava quente e tal. Bom, eu atribuo a essa, essa... esse desgarre, é que preveniu. E depois houve uma *repercussão* dessas coisas que foram ditas. Tem um desembargador aqui do tribunal,

10 Em realidade, senadores.

diz que o discurso mais duro que eu fiz não é esse, é um outro que foi publicado com esse título, [que] eu tirei do texto: “Carranca não é austeridade”. Eu digo: o nosso presidente [Geisel], que era um bom carrancudo. Então: “*Carranca não é austeridade*”.

[A.M.] — *O senhor já era senador quando fez esse discurso?*

[P.B.] — Sim. Saiu impresso, tenho publicado como folheto. E periodicamente publicava os discursos. Quer dizer, agora, sempre, sempre, sempre evitei qualquer... Ah, então agora vai entrar o Sarney nesse momento. É que o orador que me respondeu era o líder do governo, que não tinha qualificação de ser senador, artigo primeiro. Que não tinha qualificação de ser líder do governo no Senado, líder de qualquer... e líder do governo. E fez um discurso. Na incapacidade da sua incompetência, na sua, na incapacidade intelectual de dar uma resposta, ele então veio para o insulto, mas um insulto, “canalha...” Isso no Senado... “*canalha...*” Então o que é que eu faço? Pedia pela ordem, ele repetindo... eu pedindo: “Senhor presidente, *pela ordem*”. Pela ordem tem que interromper para dar a palavra, que o assunto não pode esperar. E ele: “Pela ordem tem a palavra”. Quem estava presidindo não era o presidente, o presidente era o maranhense, o piauiense... [silêncio] Me ajude, aquele que era governador num dia e noutro passou aquele telegrama<sup>11</sup>.

[F.F.] — *Não me lembro.*

[P.B.] — Genro do Getúlio<sup>12</sup>. Parece mentira... Viu só? Bom, ele então me assegurou a palavra, e ele continuou berrando e eu disse: “A casa é testemunha do que se passou e do que está se passando. Eu não posso permanecer na casa ouvindo esta linguagem. De modo que o único recurso que me resta é me retirar, e comigo toda a bancada, retirar do Plenário em sinal de protesto. O resto é dever da mesa”. Levantei e saí e todos os

11 Petrônio Portella.

12 Amaral Peixoto.

senadores que estavam saíram comigo, da oposição. Já então, nesse tempo, do PMDB. Quando eu fiz esse discurso, em verdade, eu fiz três discursos, ou melhor, três discursos, não, eu fiz um só discurso em três sessões e em três semanas, porque eu quis dar, exatamente, para que como a chuva que a água cai penetrasse na terra, e ao mesmo tempo ver a reação dos discursos à medida que iam tendo. Então, no segundo discurso, quando eu, quando o líder, aquele, foi afastado, e foi designado para fazer o discurso do Sarney. Então o discurso, em primeiro lugar, educado, em segundo lugar, maneiroso etc., elogioso, tal, enfim, e fez lá uma coisa, não disse nada de tudo que eu tinha dito, não disse nada. Só veio com aquele negócio: “Lento e gradual”. Falou no “monstro sagrado da oposição”. A ele cabia responder à candente oração do monstro sagrado da oposição. Quando ele desceu, ele foi lá me dar um abraço, tal. De modo que nós tivemos assim relações muito boas, muito corteses, e ele, com essas diferenças assim. E depois eu tive um gesto com ele, que ele deve ter dado a valorização que eu dei. Quando ele não era o líder, mas quando ele foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, eu recebi o convite como todos os senadores receberam. Eu digo: “Eu, líder da oposição, eu não posso faltar”. Se eu não fosse líder, eu podia faltar; sendo líder, não posso. Então fui ao Rio, para ir. E, para surpresa minha, tinha *um* senador além de mim, que esse não vale, porque era o Luiz Viana, que era membro da Academia. Que não só era amigo fraternal do Sarney, como tinha obrigação [como acadêmico], ele tinha obrigação de estar presente, ainda pessoal, era inaceitável a ausência dele. Então a única presença lá era a minha. Agora, por quê? É porque eu sou líder da oposição. Eu, no meu juízo, essa eleição de um senador repercute sobre o Senado, reflete sobre o Senado e ao mesmo tempo engrandece um senador, o que eu não posso desconhecer. Eu tenho que ir, e lá estive. São essas pequenas coisas. Se fosse... Se eu não fosse líder, eu iria se quisesse. Sendo líder, eu iria por dever. Nunca disse isso para ele, mas ele percebeu. É claro. Talvez, talvez

reconditamente ele tenha dito: “Poxa...”, e nós litigantes, entre nós. Acho que isso, que isso, que afinal de contas [tínhamos] as nossas divergências, havia certos pontos que eram intocáveis. E outra coisa, quando coisas que dizem respeito à instituição, não podem ser colocadas nesse termo rasteiro. Nunca, nunca ele me disse uma palavra, nem nunca eu disse uma palavra sobre isso a ele. Mas ele viu naquele gesto... O líder do governo era o Passarinho, ele não tinha que estar lá? Ele não tinha que estar lá? Ele era o líder do recipiendário. *Não?* Outra vez, numa circunstância dessas, eu fiz questão, eu era o líder, fiz questão de estar presente...

Já respondi a sua como foi a escolha, já que as nossas relações realmente sempre foram boas, e às vezes foram um pouco duras, mas sempre...

### **Passagem pelo Executivo e Legislativo antes de chegar ao Judiciário; Convite de Sarney para assumir o Supremo Tribunal; Sabatina**

---

[F.F.] — *Então o senhor se tornou ministro do Supremo Tribunal?*

[P.B.] — É, aí então. Ele deve ter adiantado, porque ele tinha um amigo lá no tribunal, do Maranhão, que era o Madeira. Boa pessoa, velho amigo do Sarney, de lá. E tanto que ele me disse, ele me disse uma vez que quando o nome do Madeira entrou numa lista, que ele, Sarney, foi ao Geisel, pedir uma audiência ao Geisel. Era o Geisel, já, ou não? Acho que era o Geisel.

[A.M.] — *Em que ano? O senhor se recorda?*

[P.B.] — Não, não... Fazia pouco tempo... Era o Geisel, sim. Que ele foi e disse que o Maranhão nunca tinha nada... E eu digo: “Já deu, já deu”. E mais de um, e mais de um. Bom, mas disse que não tinha, nunca tinha dado... Teria a ver que era um juiz com tais e tais predicados etc. e tal, que em nome do Maranhão ele ia fazer um pedido assim. Embora esse fosse uma nomeação, uma

escolha que não se pede, ele ia pedir em nome do Maranhão, não era em nome pessoal. Então a escolha do Madeira, que era amigo fraternal dele. Ele deve ter dito que ele pretendia fazer isso... De modo que alguns dos desemb... que alguns dos ministros já falavam assim como uma coisa certa. E, de outro lado, o cargo de consultor geral e o de ministro da Justiça, não vou dizer que tradicionalmente, mas habitualmente, também não vou dizer habitualmente, porque quando se preparava digamos, a situação, eram antigos consultores da República: o Carlos Maximiliano, o Hahnemann Guimarães, o Orozimbo Nonato e assim, e o então ministro da Justiça. O ministro da Justiça, Eptácio Pessoa, o Artur Bernardes, não, o Pires de Albuquerque, não, esse também, era juiz, o Afonso Pena, não, Pedro Lessa não foi, não foi ministro. Carlos Maximiliano depois, ministro, consultor, ministro da Justiça, ministro do Supremo. Carlos Maximiliano. Orozimbo Nonato, Philadelpho de Azevedo, grandes nomes, Philadelpho... Meu Deus... O número de ministros da Justiça que terminou no Supremo... João Luiz Alves, autor do Código Civil anotado... De modo que não causava estranheza.

[A.M.] — *Era uma espécie de trajetória recorrente, então, essa passagem anterior pelo Executivo para então...*

[P.B.] — Primeiro o Legislativo, depois Executivo e depois Judiciário.

[A.M.] — *Era como se fosse um instrumento de credencial para uma futura nomeação...*

[P.B.] — Hem?

[A.M.] — *Era uma espécie de credencial para uma futura nomeação ou de preparação mesmo para a vida no Judiciário?*

[P.B.] — Olhe, eu vou lhe dizer uma coisa absolutamente certa. *Nunca, nunca, nunca, nunca* jamais pensei em ser ministro do Supremo. Vou dizer mais, nem juiz, porque recém-estudante, quando me formei, comecei a advogar, minhas relações com o governo eram corteses, a distância. A única hipótese que

seria pensável seria a do quinto, do quinto da magistratura... dos advogados e do representante do Ministério Público, que o tribunal escolhia aquela lista tríplice [e] que era da escolha do governador. Aquela era a hipótese possível de ser incluído pelo tribunal e ser nomeado ou não, dependendo aí... Por exemplo, além desta, tinha colegas de turma e amigos que foram desembargadores pelo quinto, e pelo fato de eu ser político militante, tudo o mais etc., eu nunca entrei na lista porque o tribunal... Agora, no Supremo então, em hipótese nenhuma, se dissesse isso para uma pessoa, dizia, “está demente”.

[F.F.] — *E quando o Sarney lhe cogitou isso? Pela primeira vez ele cogitou essa hipótese?*

[P.B.] — Naquela vez que eu fui almoçar com ele lá no Jaburu, ele era vice-presidente.

[F.F.] — *Então o senhor pensou o quê?*

[P.B.] — Não, aí ele já era presidente, ele continuava morando lá, não tinha passado, não tinha se instalado [no Palácio da Alvorada], mas ele já era presidente.

[F.F.] — *E qual foi a sua reação quando ele disse que o fim dessa trajetória seria o Supremo Tribunal?*

[P.B.] — Eu disse para ele: “Mas o que é isso, tchê!” Ele riu. E me disse mais uma coisa, ele me disse mais uma coisa, que as escolhas que ele fazia, depois de muita meditação, ele achava que a maior responsabilidade que ele tinha era de nomear um ministro do Supremo.

[F.F.] — *O senhor então acabou aceitando?*

[P.B.] — Não, eu... Nunca mais eu falei. Ele disse isso e não... Depois ele só me falou uma vez quando me disse, me perguntava: “Como é, você quer ser nesta vaga ou na próxima?”. [silêncio] Eu intimamente vinha pensando.

[F.F.] — *E?*

[P.B.] — E, quando eu fui nomeado, eu estava na fase final do magistério, se eu tivesse o magistério, com aquela possibilidade de mais de cinco anos no caso do requerimento, da manifestação do desejo de continuar e da concordância do tribunal. É a tal coisa, a coisa vai amadurecendo, vai maturando, foi ficando uma coisa natural. Agora, nunca, nunca imaginei, Supremo então... Até porque eu era militante de um partido pequeno que nessas, não tinha peso para isso. Embora isso não devesse ser um, vamos dizer, um requisito ou um título, tal, o fato é que... Por exemplo, quando houve aquele momento do número, quando foi o Ato 2, foram criados os cargos de cinco juizes, e foram nomeados, quem?: Prado Kelly, não podia ser melhor, mas foi líder, foi presidente da UDN e foi deputado praticamente toda a vida, desde... Foi constituinte em 33, muito moço, mas foi constituinte e depois em 46; Aliomar Baleeiro; o lá da Paraíba, o Marcondes, não é?, Marcondes, não...

[A.M.] — *O Medeiros foi nessa? O Carlos Medeiros foi nessa...?*

[P.B.] — O Carlos Medeiros foi o último da lista, Carlos Medeiros que tinha... que era o procurador-geral, foi procurador-geral, acho que consultor não foi, foi procurador-geral da República.

[A.M.] — *Também a mesma trajetória?*

[P.B.] — Também, também, também. Depois aquele baiano, como era o nome dele? Esse eu nunca me lembro o nome dele, um baiano, dois baianos, porque foi o Baleeiro, e esse, o Prado Kelly, Oswaldo Trigueiro. Eu disse: “Oswaldo” saiu o resto [risos], o Oswaldo Trigueiro, grande figura, grande figura! Quer dizer, todos eles, com exceção desse que era desembargador na Bahia, e que, segundo ouvi dizer, foi influência do Juraci, por razões até familiares etc. e tal, que postulou a... O Prado Kelly era fluminense, o Baleeiro baiano, o desembargador baiano, o outro era da Paraíba, o Oswaldo Trigueiro...

[A.M.] — *E o Medeiros?*

[P.B.] — Que era mineiro. Então todos eles... De modo que

dentro, politicamente partidária, não... E eu não era nenhuma notabilidade, quer dizer, as pessoas que gostam exageram etc. e tal, mas eu nunca pensei nisso aí.

[F.F.] — *Como foi voltar ao Senado para a sabatina?*

[P.B.] — Eu inaugurei a sabatina.

[F.F.] — *Como foi a inauguração?*

[P.B.] — Tranquila, pacífica. O presidente da comissão era o Mauro Benevides. O Mauro Benevides ainda anteontem me telefonou; cearense, foi meu colega oito anos, foi meu liderado, é uma beleza, uma joia, um doce de pessoa, e os outros... Foi um interrogatório *pro forma*. Eu até que falei um pouco mais sobre o Supremo. [interrupção na entrevista]

[P.B.] — Não houve nenhuma... Houve vários votos contrários, o que sempre todo exame... Acho que agora, na comissão, não sempre, na comissão é comum que seja unânime. Na comissão, eu tive voto unânime; no Plenário, não. Creio que foram seis ou sete votos contrários. E aí entra um dado que é curioso, pelo menos. Eu tinha deixado o Senado, fazia pouco tempo, os funcionários eu conhecia todos, aquele pessoal que trabalha na mesa, continua[va] ali. Muda a mesa, eles continuam, e um deles estava ali, e um senador pela Bahia disse, no dia da votação em Plenário, disse assim para um que estava ao lado dele: “Não vou votar no Brossard, não me pediu o voto, sinal que não precisa do meu voto”. Uma funcionária ouviu e disse para um funcionário do Senado, que tinha sido lá do meu gabinete, Dr. Adolfo, meu amigo, que me disse, me contou o negócio. “Não, não, não”... “Ah, não; tá bom.” Depois da aprovação, eu fui ao presidente, agradecer etc. e tal, e fui ao Senado, coisa que acho nunca ninguém tinha feito, e acho que depois não fez. Mas fui ao Senado que aprovou o meu nome e que permitiu, por conseguinte, que o presidente fizesse a nomeação, porque se não tivesse aprovado ele não poderia nomear. Fui fazer uma visita ao Nelson Carneiro, presidente do



Senado, meu colega de oito anos, fora os quatro de Câmara, que nós tínhamos sido deputados, colegas também lá naquele tempo, e disse: “Olha, Nelson, eu vim aqui agradecer, não é hábito, não é costume, o Poder Executivo é sempre mais importante do que o Senado, não é? Assim que eu vim aqui, tanto fui ao presidente que nomeou como estou vindo aqui ao Senado, fazendo a visita ao presidente do Senado para dizer que estou agradecendo o voto que recebi do Senado. Mas, por falar nisso, eu precisava falar, Nelson, com o senador fulano de tal. Será que ele está na casa, pode me fazer o favor...” Aí telefone... “Está no gabinete.” “Podes pedir a ele que me receba? Que eu queria dizer a ele... É só um assunto pessoal etc., queria me despedir dele”, e fui lá. Fui lá e disse o seguinte: “Senador fulano, eu soube que o senhor disse lá na mesa que eu não tinha lhe pedido voto e que achava que isso era sinal que não precisava. Eu imaginei que o senhor pudesse imaginar que fosse uma restrição de caráter pessoal à sua pessoa, aos seus méritos, seus talentos etc., e eu não queria deixar... tomar posse, o senhor levando essa impressão minha, assim, uma mesquinha e tal, eventual, nesse sentido, de modo que eu queria lhe dizer que receba como rigorosa expressão da verdade, que eu nunca, nunca pedi, nos oito anos, diga-se de passagem, *nunca ninguém me pediu*, eu não pedi, ninguém me pediu voto. *Eu não pedi a ninguém*, e vou lhe dizer uma coisa: nos oito anos que passei aqui, votei em muita gente e *nunca* alguém me pediu voto. De modo que eu queria dizer, o senhor pode ir tranquilo, isso não importa na mais absoluta, a mais remota reserva, não é, da sua pessoa, tal. Não teria o direito, não poderia fazer isso, tal, obrigado, muito obrigado por ter me recebido, obrigado”. Veja só, e aí. [riso]

### **Primeira sessão no STF; Atendimento aos pedidos de preferência; Organização de seu gabinete**

[F.F.] — *Ministro, posso, no período que o senhor passou no*

*Supremo, qual o senhor diria que é o momento que mais lhe marcou como ministro do Supremo?*

[P.B.] — Eu acho que foi a primeira sessão..

[F.F.] — *Como é que foi?*

[P.B.] — Quando tive que votar, porque até então era um... E vou lhe dizer uma coisa, que o senhor não me perguntou e vou lhe dizer agora. No dia que eu, no dia 23 de outubro de 1994, foi um alívio para mim. Eu sempre admiti que pudesse haver uma coisa tal, um erro grave, enfim, alguma coisa. No dia em que eu tirei a toga, “Ahhh...” [expira fundo]. Agora, eu vou lhe dizer também uma coisa. Bom, mas por que que eu lhe digo? Me guardou um fato. É que eu votei como relator, e como relator eu dava provimento a um recurso. Não, ao contrário, eu negava provimento para confirmar a sentença, negócio de anistia etc. e tal, até onde iam os efeitos da anistia, e por unanimidade o tribunal me acompanhou. Mas eu fiquei com aquele negócio na cabeça. O Maximiliano conta, numa conferência que ele fez, depois de ser juiz, que preparava os votos dele, o relatório, o voto, a decisão, e que depois deixava descansar. Ele dizia que o Spencer dizia que era a digestão intelectual e depois, quando se aproximava a sessão, que ele costumava ler aquilo que estava escrito e muitas vezes rasgou... Ah, não, ele não... Isso quando eu tinha alguma dúvida, algum problema, que ele escrevia um outro, sem ler o primeiro, e depois, geralmente, ficava no segundo voto. Então essa coisa. Eu sempre saí... Naquele tempo o número de feitos era enorme, só que era a décima, centésima, milionésima vez ou quantia do que é hoje, que é uma coisa. É o aspecto desagradável, você sabe que não vai dar vencimento. Tanto assim que, quando alguém me pedia preferência, eu atendia imediatamente. Havia caso que o processo não estava comigo, estava com o Ministério Público, com a Procuradoria-Geral da República, e eu cheguei até a telefonar para o procurador, pedindo que ele me desse a preferência porque tinha recebido

um pedido. E todos os pedidos que eu recebi, dentro de 30 a 60 dias, estava[m] julgado[s]. Uma vez, eu disse isso para o Moreira Alves, que foi um grande ministro, sob todos os pontos de vista, e ele disse: “Não, não, ordem de entrada, tal...”. Eu disse: “Moreira Alves, vou te fazer uma pergunta. Não vou falar nas tuas qualificações que são notórias, são públicas, todo mundo sabe, culturais, capacidade de trabalho, dedicação, todo mundo sabe disso. Pois bem, tu *com todos os teus méritos, com todos os teus méritos*, com a tua experiência, tu conheces a jurisprudência, é o mais velho, o mais antigo do tribunal. Bom, eu vou te fazer uma pergunta: Tu não vais pedir aposentadoria antes da tua aposentadoria compulsória, suponho eu, então vamos admitir que tu chegues aos 70 anos como juiz, querendo ou não querendo, tu vais ser exonerado ou aposentado naquele dia. Eu te faço só uma pergunta: Tu vais deixar o teu gabinete limpo de processos? As gavetas limpas, os armários limpos? Ou tu vais deixar, a despeito *de todo teu valor, de todo teu valor*, em todos os sentidos, intelectual, moral, da dedicação ao ofício, tu vais deixar isso limpo? Vai deixar milhares, mais de mil processos seguramente”. Depois ele me disse: “Mudei de opinião”. Porque eu disse a ele mais: “Se uma pessoa, eu não sei quem é, ele me pede, quer julgamento, ele não me pede que ele julgue assim ou assado, e se me pedisse estava perdido, porque não faria isto. Mas eu não faço isso. Mas se alguém vem e me pede, em primeiro lugar ele é um jurisdicionado, são não sei quantos milhões de brasileiros, um deles está aqui, está dependendo de uma decisão do Supremo Tribunal. Pode ser essa decisão da maior importância, importância vital para ele, pode ser uma reparação. De qualquer forma, ele pede, se ele pede, é que ele tem interesse. O interesse dele é legítimo, como de qualquer outro que tem um processo. Agora, porque eu não vou atender? Já que eu não posso fazer aquilo que em tese seria o meu dever, era julgar todos, nem tu com teus talentos e o teu merecimento és capaz disso”. Então eu mexia com ele: “Olha, se tu trouxesse aqui como assessores o

Savigny e o Von Ihering, os dois romanistas maiores do século XIX, e que são nomes aí na literatura jurídica, nem assim com assessores desse tipo tu eras capaz de limpar esse gabinete? Porque ninguém é capaz disso. Por que eu não vou fazer? Pelo menos, eu satisfaço uma, duas, cinco, dez pessoas”. Fiz isso com todas as pessoas...

[F.F.] — *Como era seu gabinete? O senhor não tinha nem o Ihering nem o Savigny, mas o senhor tinha alguns assessores?*

[P.B.] — Tinha o meu secretário, lá, não tinha assessores assim de escolha, não tinha.

[F.F.] — *O gabinete era só o senhor e um secretário?*

[P.B.] — Dois dos funcionários do gabinete me ajudavam na seleção: isso é habeas corpus, isso é tal, isso é recurso, é recurso do recorrente, ou melhor, quem ganhou foi o recorrente ou o recorrido, bota separado, e assim. Têm precedentes, não têm precedentes, tem precedente bota junto. Eu me lembro, julguei um caso de imposto sobre café cru, parece que era isso, preparei um voto... Depois, “tem bastante aí.” “Tem mais? Então junte todos, por favor”, porque aí é fácil de julgar, não é?. Mas ainda a gente tem que passar os olhos, pelo menos. Por quê? Porque se é mandado de segurança é uma coisa, por exemplo, não tem honorários, se for ação ordinária, tem honorários, pode ter em favor de um ou de outro, ou então foi negado honorários, pode até pedir honorários, quer dizer, tem tudo isso aí. Então é preciso, um tempinho a gente perde em cada um desses processos. Agora, quando há repetição, então, é o caso tal, há precedente.

### **Súmulas vinculantes; Suplência e desvio de poder**

[P.B.] — Por falar nisso, a súmula vinculante. É engraçado que nós inventamos... Um sujeito escreve uma coisa, pode ser uma besteira, mas passa a ser repetido aquilo. Há muita gente que é contra, tal, que imobiliza o Direito. Imobiliza. O Banco

do Brasil é uma sociedade de Direito Público ou de Direito Privado? Havia 1.500 decisões num sentido e 1.500 decisões no outro. *Nunca, nunca, nunca* houve pacificação. Agora, eu pergunto, depois da décima, da vigésima, alguém ganha com isso? A justiça não ganha, os votos já estão dados, são imutáveis, a menos que mude a composição do tribunal ou então alguém mude de voto. Bom, a justiça não ganha, a ciência não ganha, o direito não ganha, as partes não ganham. Quem é que ganha isso? Agora, a súmula, a súmula, só. Não quero ser infiel em nenhuma palavra. O número 103 [longa pausa para procurar o artigo na Constituição Federal], veja só as condições que... Foi, aprovaram uma emenda e foi introduzido um artigo, entre o 103 e 104, então tem 103 A: “O STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de 2/3 de seus membros, *após reiteradas decisões*”. Reiteradas não diz quanto é, mas não há de ser meia dúzia, não é?. “Após reiteradas decisões *sobre matéria constitucional*”, não é qualquer uma, não, “aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em lei”. As exigências são essas para o Supremo Tribunal editar um assunto. Pois bem, a súmula, tal... E *garanto* que essas pessoas não leram esse artigo, garanto. Mas o que vai se fazer? Suplente, ah, o suplente, tal... Agora, a moda é botar um suplente rico que é para sustentar a campanha, tudo o mais etc. e tal, suplente senador assume aí no lugar do senador, está bom. Não tem suplente. Então morre alguém, adoecer. No meu tempo, alguns senadores morreram, os suplentes assumiram. Não tem suplente, tem que fazer uma eleição? Uma eleição estadual para escolher um suplente que já está com dois anos e meio já de resto de mandato ou o estado vai ficar com a representação desigual? O suplente foi feito para isto. Aconteceu, acontece de um desvio de poder? Acontece, sempre acontece. Aqui nesse livro, tem

uma frase que eu acho muito boa, é do Pomeroy, a propósito do impeachment e de não haver recurso para o Poder Judiciário. Se pode haver abuso? Ele: “Pode”. Mas não é só do Senado, não, há de todo, inclusive de certos tribunais. Há, afinal de contas o homem é isso aí. Agora, esse autor diz assim, a frase é esta: “O fato de haver a possibilidade de um desvio, de um vício, não chega a ser um argumento a existência do instituto”. Pode ser mal empregado? Pode. Agora, porque existe um, existe dois... Não é o argumento contra... No caso concreto, a aplicação, tal. Como um parlamentar, ou um juiz que seja corrupto. Ultimamente tem havido aí umas coisas extremamente chocantes, não é, extremamente chocantes. É tal coisa... Agora, o que tem que fazer é levar a coisa, sem espalhafato por causa dos efeitos. Depois chega-se à conclusão que são as más línguas etc., e que até uma pessoa que tem vida modesta, tal, e não tem nenhum sinal que a coisa transcende aos limites... Muito bem, e aí? Saiu no jornal... Esse não é aquele que... Então é preciso fazer com certo recato, mas depois do julgamento não pode ser, julgamento, se tem não pode ser... Juiz não pode ser suspeito. Pode ser suspeito em outro sentido, por parentesco, por amizade, por inimizade, aquelas coisas que estão na lei, mas não pode ser suspeito de corrupção, não pode. Não dá, ou é ou não é.

### **Visão do STF atualmente; José Maria Alkmin**

---

[F.F.] — *Ministro, como o senhor vê o Supremo de hoje?*

[P.B.] — Hem? Não vejo. O senhor se lembra do Alkmin? Vocês não lembram. O Alkmin foi deputado, senador não foi, foi ministro da Fazenda, foi secretário das Finanças em Minas Gerais, era um sujeito muito inteligente e muito atacado. Vou contar duas histórias do Alkmin. Que na votação do Castelo e do Alkmin para vice-presidente, pelo Congresso, foi em outubro,

primeiro, 31 de outubro<sup>13</sup>, aquela coisa toda, lei de ocasião, tudo isso é verdade e é verdade. O PM... Não, era o PTB... Os partidos ou votaram contra, alguns votaram contra, ou se abstiveram. E a maioria votou a favor, isso com relação ao Castelo. Com relação ao Alkmin, o Baleeiro, que não tinha sido nomeado ministro ainda, e que tinha criticado muito duramente o Alkmin, duramente, e acusações sérias, e o líder da UDN procurou o Baleeiro para fazer um apelo a ele, que não votasse contra, que não *falasse contra*, que não falasse. E o Baleeiro disse assim: “Olha, o pedido de um líder é uma ordem, ainda mais para um líder amigo. Você me pede que eu não fale contra o Alkmin, eu atendo seu convite, atendo o seu pedido para mim...”. Não falou e pediu que não falasse. Na hora: Aliomar Baleeiro, como vota? [trecho suprimido] “Antonio, Antonio”. Aí botou o nome do contrabandista, que era acusado de ser conivente com ele. Antonio das tantas... “Antonio, Fulano, um voto.” E foi aquela coisa, aquela coisa, *terrível*. Era preferível que ele tivesse falado; *terrível*. Ele me pediu que não votasse, que não falasse, eu não falei. E o líder disse: “Oh, Baleeiro, você atendeu o meu pedido com toda a integridade que lhe é própria. Eu pedi foi isso, você cumpriu o meu pedido. Agora, só você mesmo para fazer uma coisa dessas”. Ainda do Alkmin, para ver a presença de espírito e a malandragem, era orgânica. Ele foi eleito vice-presidente com um voto, contra um voto. E o Juscelino é cassado do mandato, senador é cassado. O Alkmin tinha sido<sup>14</sup> líder da maioria no tempo do Juscelino, tinha sido ministro da Fazenda, no tempo do Juscelino. Ele ia saindo do Congresso, e sempre tem um jornalista chato, não é?, pegou o Alkmin, ele estava entrando no carro: “Ministro Alkmin – parou para cumprimentar, ele, atencioso –, como recebeu a cassação do JK?”. Resposta: “Pelo rádio”. Abriu a porta, se meteu no automóvel e foi embora. Como recebeu a notícia? Pelo rádio. Notícia, resposta assim na hora... Mas eu falei sobre meu voto, aquele que eu tinha mudado meu

13 A eleição ocorreu em 11 de abril de 1964.

14 Frases captadas apenas em áudio, não em vídeo.

voto, mas eu cheguei ao desfecho ou não?

[F.F.] — Não. *O Alkmim foi quando eu perguntei o que o senhor acha do Supremo de hoje.*

[P.B.] — Não, não, eu sei, essa eu ouvi perfeitamente, só que eu não sei. [risos]

## **Mudança de opinião em voto para manter a fidelidade a si mesmo**

---

[A.M.] — *Ministro como foi...*

[P.B.] — Mas o que eu tenho dúvida é se eu contei... Eu falei daquela história, de um... Mas não foi e essa eu queria falar, porque houve um caso em que eu disse que eu tinha relatado um caso que tinha sido aprovado, foi decisão unânime, decisão unânime, o meu voto foi acompanhado, e depois ruminando, naquela digestão intelectual de que falava o Spencer, eu fui começando a entrar em dúvida e comecei, continuando, pensando, e eu achei que estava errado, que não podia chegar até tal ponto, tinha parado num nível *anterior*. Havia uma progressão, mas não chegava, por exemplo, general. General é da escolha privativa do presidente da República, essa é fora de dúvida. Mas de coronel não é exclusiva, porque tem... As promoções, por exemplo, são do ministro da Guerra, do ministro da pasta, mas há determinadas exigências legais que devem ser atendidas para passar de major... até capitão não há problema. E eu fiquei e fiquei... Eu digo, eu vou mudar, mas tem uma condição para mim mesmo. Porque também era comum, chega um... invoca um acórdão do Paulo Brossard: “E o Paulo Brossard...”. Não, mas as questões não são iguais, há particularidades aqui, não são iguais. Eu digo: “Em primeiro lugar, faz umas poucas semanas eu fui relator de um projeto tal, de número tal, e a decisão foi unânime. Eu fui o relator reformando, ou confirmando a sentença ou reformando a sentença até o posto de coronel... Mas os casos são rigorosamente



iguais. O caso que foi relatado por mim é *rigorosamente igual a este que eu devo relatar na sessão de hoje*. De modo que quero acentuar, não há particularidades que permitem... Não, não há não, os casos são iguais mesmo. Mas eu mudei de opinião nesse meio-tempo, fiquei maquinando e eu mudei de opinião. De modo que, eu quero acentuar que eu estou mudando o voto, porque acho que é meu dever, e pela razão que não quero manter uma opinião que hoje me parece errada, para não parecer, *para não parecer*, para, em nome de uma falsa homogeneidade ou em nome de uma falsa coerência. Foi o que eu disse. Primeiro lugar, de repetir o erro para não parecer volúvel etc., tal, e a outra não relatar, para não repetir o erro, tal. Eu não quero repetir o erro porque poderia parecer uma coerência, mas não, no caso concreto não seria coerência, seria uma infidelidade que eu não posso praticar aqui. Estou confessando lisamente, perante o tribunal, dizendo que errei e reconheço, e porque reconheço meu erro é que estou corrigindo o erro, sujeito às censuras das partes. Este voto está na revista trimestral, publicado.

[F.F.] — *Ministro, eu gostaria de agradecer imensamente a entrevista que o senhor nos está concedendo, sem dúvida vai ser, é um depoimento que vai engrandecer o nosso acervo, nosso banco de dados, sobre a memória recente do Supremo Tribunal...*

[P.B.] — *Dê uma polida para melhor. [riso]*

[F.F.] — *Com certeza, existem outros assuntos, outras questões, mas nós temos essa questão ligada ao horário; daqui a pouquinho temos que estar na casa do ministro Néri.*

[P.B.] — *É claro, e vão sem almoço?*

[F.F.] — *Mas, ossos do ofício, vamos fazer uma janta reforçada assim como fizemos o café da manhã.*

[P.B.] — *Eu não tomei café.*

[F.F.] — *Ministro, então está na hora do almoço.*

[P.B.] — [trecho suprimido] Mas, olha, eu gostei muito de vocês aqui. O senhor é do Rio?

[F.F.] — *Sim.*

[P.B.] — A senhora é do nosso Maranhão. E a senhora é minha conterrânea, e ainda da fronteira. São duas cidades interessantes, muito embora não tenha uma causa comum. Uruguaiana é uma cidade metrificada, foi riscada pelo Domingos José de Almeida, que era um mineiro, que foi o ministro da Fazenda naquela fase da República Rio-Grandense e que desenhou... Lá não foi tomado, lá não era nem vila, era um povoadinho lá, quando os paraguaios tomaram conta lá e dominaram a região. E o Domingos José de Almeida estava, em outra ocasião, em retirada, estava em São Gabriel, mas os legalistas estavam chegando perto e tudo [inaudível] embora. Ele escreveu uma carta para um cidadão que era o meu bisavô, não, meu trisavô, que morava, não era bageense, mas morava em Bagé. Já então em Bagé, escreveu pedindo a ele que cuidasse da sua família, qualquer necessidade etc. e tal, que ele honraria. O Domingos José de Almeida recorreu a isso. De modo que são coisas que eu guardei agora... Essa ligação velha. Agora, Bagé é também assim, com exceção da parte velha, entre a igreja e o cemitério, entre a igreja São Sebastião, e o cemitério, porque aquela parte são ruas estreitas, o resto são ruas largas, sabe? Mas, a despeito, não sou chato, não sou bairrista, não. Há coisas que Bagé não sabe fazer. Uma coisa interessante, é que a influência de Bagé, a influência do Alegrete, que é uma cidade como, igual, a Uruguaiana etnicamente, economicamente...<sup>15</sup>

### [FIM DO DEPOIMENTO]

15 Frases não captadas em vídeo, apenas em áudio.

# 5

## **Equipe do projeto**

---

## **COORDENAÇÃO**

Nelson Jobim  
Fernando Fontainha  
Pedro Cantisano  
Leonardo Sato

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Nelson Jobim  
Fernando Fontainha  
Joaquim Falcão  
Oscar Vilhena Vieira  
Celso Castro  
Mário Brockmann Machado  
José Reinaldo de Lima Lopes  
Diego Werneck Arguelhes  
Pedro Abramovay  
Daniel Vargas  
Felipe Recondo

## **EQUIPE FGV DIREITO RIO**

### **PESQUISADOR**

Fernando Fontainha

### **ASSISTENTES DE PESQUISA**

Carlos Victor Santos  
Fábio Almeida  
Izabel Nuñez  
Leonardo Sato

### **BOLSISTAS**

Alexandre Neves Jr.  
Amanda Martins  
Gabriela Maciel  
Júlia França  
Luciana Frattini  
Márcia Goldman  
Thiago Filippo  
Verônica Otero

## **EQUIPE FGV DIREITO SP**

### **PESQUISADOR**

Rafael Mafei

### **ASSISTENTE DE PESQUISA**

Thiago Acca

### **BOLSISTAS**

Bárbara Gama  
Jullian Melo  
Thiago Megale

## **EQUIPE CPDOC**

### **PESQUISADORES**

Ângela Moreira  
Christiane Jalles  
Marco Vannucchi

### **ASSISTENTE DE PESQUISA**

Fabricia Guimarães

### **BOLSISTAS**

Hugo Anciães  
Ivan Albuquerque  
Pedro Saliba  
Yasmin Curzi

Este livro foi produzido pela FGV Direito Rio,  
composto com as famílias tipográficas Corbel  
e Sentinel, e impresso em papel pólen bold, no  
ano de 2017.

O ministro Paulo Brossard foi entrevistado pelos pesquisadores Fernando de Castro Fontainha, Ângela Moreira Domingues da Silva e Izabel Nuñez no dia 14 de junho de 2013, na cidade de Porto Alegre, em seu escritório de advocacia.

ISBN 978-85-95970-07-6



9 788595 970076 >

ASSISTA AQUI AO  
VÍDEO DA ENTREVISTA!